

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**  
**FACULDADE DE LETRAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LINGUÍSTICOS**

**MÍRIAN LÚCIA BRANDÃO MENDES**

**ARGUMENTAÇÃO NA REVISTA RAÇA BRASIL:**  
**um estudo da retórica antirracista**

**BELO HORIZONTE**

**2011**

**MÍRIAN LÚCIA BRANDÃO MENDES**

**ARGUMENTAÇÃO NA REVISTA RAÇA BRASIL:  
um estudo da retórica antirracista**

Dissertação de Mestrado em Estudos Linguísticos – Análise do Discurso – apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Linguística.

**Área de Concentração:** Linguística

**Linha de Pesquisa:** Análise do Discurso

**Orientadora:** Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Júnia Diniz Focas

**BELO HORIZONTE**

**2011**

RESERVADO PARA FOLHA DE  
APROVAÇÃO

*Dedico aos meus pequeninos, Gabriel e Yuri, e ao meu esposo, Edmar, pelo afeto e pela compreensão de tantos anos, companheiro nesta jornada.*

## AGRADECIMENTOS

No encerramento deste trabalho, gostaria de agradecer às pessoas que estiveram comigo neste trajeto.

À minha orientadora, Prof<sup>a</sup> Júnia Focas, por ter acreditado em mim, pelo apoio e pelas orientações.

Ao meu pai, José Batista, e à minha mãe, Maria José, pela perseverança no caminho e na caminhada.

A todos os professores do POSLIN, pelo saber compartilhado em cada disciplina cursada.

Aos amigos do POSLIN, pela troca de experiências e pelos momentos de tensão e de alegria compartilhados durante esta etapa.

E, em especial, a Deus, pela presença constante em minha vida.

*Não é o desafio com que nos deparamos que determina quem somos e em que estamos nos tornando, mas a maneira com que respondemos ao desafio. Somos combatentes, idealistas, mas plenamente conscientes. Porque o ter consciência não nos obriga a ter teoria sobre as coisas: só nos obriga a sermos conscientes. Problemas para vencer, liberdade para provar. E enquanto acreditarmos no nosso sonho nada é por acaso.*

Henfil

## RESUMO

Este trabalho tem por objetivo identificar as principais estratégias discursivas e argumentativas utilizadas na construção dos enunciados dos artigos da seção “Opinião de Raça” da revista *Raça Brasil*. Como instrumento de análise e para a condução da pesquisa, tomamos como suporte a teoria da argumentação de Chaïm Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca na Nova Retórica. Inicialmente, fazemos um breve recuo ao período da escravidão africana no Brasil, dando ênfase à formação dos Quilombos. Em seguida, explicamos o conceito de discurso proposto por Maingueneau e Charaudeau. Posteriormente, definimos o que chamamos de argumentação retórica. Na análise propriamente dita do *corpus*, começamos apresentando a noção de *ethos* que consideramos pertinente para as nossas análises. Em seguida, prosseguimos identificando os pontos de partida da argumentação do *corpus* por nós analisado. Por fim, propomos um raciocínio através do qual relacionamos o conceito de auditório ao de polifonia.

**Palavras-chave:** *Raça Brasil*. Argumentação. Retórica.

## ABSTRACT

This work is aimed at identifying the main discourse and argumentative strategies used in the construction of statements in the section “Race Opinion” of the *Raça Brasil* magazine. As an instrument for analysis and research, we have relied on the argumentation theory of Chaïm Perelman and Lucie Olbrechts-Tyteca on New Rhetoric. Initially, we take a brief step back to the period of African slavery in Brazil, by focusing on the formation of Quilombos (refuges for slaves and marginalized people at the time). Following that, we explain the concept of discourse proposed by Maingueneau and Charaudeau (2008) and define what we call rhetoric argumentation. In the analysis of the *corpus* itself, we start presenting the notion of *ethos*, which is regarded as relevant for our analyses. Then, we proceed to identify the starting points of the argumentation on the *corpus*, object of our analyses. Finally, we propose a thinking process through which we relate the concepts of auditorium and polyphony.

**Keywords:** *Raça Brasil*. Argumentation. Rhetoric.



## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>9</b>
<b>2</b>	<b>DISCRIMINAÇÃO RACIAL E DISCURSO ANTIRRACISTA</b> .....	<b>14</b>
2.1	Contextualização Histórica .....	14
2.2	O contador de história .....	16
2.3	As raízes do discurso antirracista: a imprensa negra no Brasil .....	20
<b>3</b>	<b>DISCURSO E ARGUMENTAÇÃO</b> .....	<b>24</b>
3.1	O que é discurso .....	24
3.2	Argumentação e Retórica .....	26
<b>4</b>	<b>ETHOS E ARGUMENTAÇÃO: A ANÁLISE DO CORPUS</b> .....	<b>39</b>
4.1	O Ethos.....	39
4.2	O ponto de partida da argumentação na revista <i>Raça Brasil</i> .....	40
<b>5</b>	<b>AUDITÓRIO E POLIFONIA</b> .....	<b>56</b>
5.1	O auditório do discurso antirracista da revista <i>Raça Brasil</i> .....	56
5.2	A polifonia.....	60
5.3	O ethos e a ética no discurso da revista <i>Raça Brasil</i> .....	64
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>74</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>78</b>
	<b>ANEXOS</b> .....	<b>82</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O racismo é um tema amplamente discutido em nossa sociedade, sustentado pelo imaginário do ideal democrático de liberdade de expressão, dos direitos humanos e do idealismo jurídico que afirma serem todos os homens iguais perante a lei. Diante da questão racial, há antagonismos no seio da sociedade, assim como diante de vários outros problemas nacionais.

O professor Kabenge Munanga, em seu texto sobre o antirracismo no Brasil, assinala que “o racismo é um resíduo perverso de três séculos de escravidão. Trata-se de algo que se incorporou à cultura das elites brasileiras e que se enraizou profundamente e maleficamente em nosso tecido social” (MUNANGA, 1996, p. 15). As lutas contra o racismo sempre foram travadas nos discursos produzidos por estudiosos engajados, militantes e políticos preocupados com as desigualdades raciais. Mas, apesar de a militância negra ter desenvolvido algumas estratégias discursivas antirracistas, ainda não é possível afirmar que a luta do negro no Brasil tenha atingido a democracia racial.

Munanga (1996, p. 79) também aponta que:

as lutas contra o racismo passam geralmente por duas formas de ação: uma discursiva e retórica, compreendendo os discursos produzidos pelos estudiosos engajados, militantes e políticos preocupados com as desigualdades raciais; outra prática, traduzida em leis, organizações e programas de intervenção cujas orientações são definidas pelos governos e poderes políticos constituídos. Mas nada impede os setores privados e organizações não-governamentais de se desenvolver programas e atividades anti-racistas.

No entanto, considerando a complexidade da questão, este esquema de luta antirracista não é de fácil aplicação. Isso se deve ao fato da complexidade do próprio fenômeno e da variabilidade de suas manifestações no tempo e no espaço. Podemos dizer que as dificuldades estão nas contradições e na falta de consenso sobre o conteúdo do racismo por parte dos especialistas e estudiosos de vários ramos do saber interessados nesta questão antirracista. Munanga (1996) explica esse quadro expondo as contradições dos intelectuais militantes da esquerda e dos

da direita. Segundo ele, os da direita, ou melhor, os liberais, pensam hoje considerando a extinção do racismo institucionalizado em todo o mundo e consideram que a razão essencial da permanência das desigualdades raciais deve-se ao fato de que os negros sofrem de uma falta de cultura e instrução compatíveis com a economia pós-industrial. Já na esquerda, persiste a visão radical de que o racismo é uma questão de classe. Assim, para a esquerda, as desigualdades raciais são interpretadas como reflexos dos conflitos de classes e os preconceitos raciais são considerados como atitudes sociais propagadas pela classe dominante, visando à divisão dos membros da classe dominada, para legitimar a exploração e garantir a dominação. Para Munanga (1996, p. 80):

ambos os discursos, embora tenham alguns pontos positivos a discutir, cometem o erro de ignorar a diferença, biológica e cultural, como um dos elementos fundamentais, estruturador e classificador dos problemas tidos apenas como de mercado e de instrução nas sociedades nas quais o racismo, apesar de não ser mais institucionalizado, existe de fato no tecido social.

Nas sociedades modernas, o racismo é um problema cultural e exclusivo do âmbito das relações humanas, visto que existem pessoas racistas e não racistas. Colocar em discussão a questão racial é uma tarefa complexa, pois ela é polêmica e conflituosa. Nesse sentido, a pesquisa acadêmica pode constituir-se num espaço importante para discussão e análise dos argumentos formulados pelos ideólogos, cientistas e movimentos sociais engajados no combate à discriminação racial no Brasil.

Os movimentos sociais são os indicadores mais expressivos para a análise do funcionamento das sociedades. Isto porque eles revelam as tensões e contradições de cada momento histórico. É no discurso que essas tensões e contradições se materializam. Desse modo, podemos dizer que o discurso, como processo de construção social, pode ser considerado uma forma de ação no mundo.

De maneira geral, toda ação comunicativa é finalizada, ou seja, dirigida a um fim. É por intermédio da linguagem que os indivíduos agem no mundo, isto é, tentam influenciar um auditório ou um interlocutor para fazer circular seus discursos e torná-los legítimos perante o próprio grupo e a sociedade. Porém, para que um auditório seja influenciado ou persuadido, é preciso que algumas estratégias de linguagem

sejam colocadas em jogo. Essas estratégias visam a elaborar um discurso capaz não só de transformar as crenças de um auditório, como também de fazê-lo aderir às teses que lhe são apresentadas. É neste contexto que a revista *Raça Brasil*<sup>1</sup> faz circular um discurso sobre e para o segmento negro, mostrando a distância que ainda existe entre negros e brancos em diversas esferas da sociedade brasileira.

A revista *Raça Brasil* é uma produção impressa que tem como público-alvo o afrodescendente. Porém, não podemos dizer que o negro brasileiro seja o único que lê a revista, pois ela traz assuntos que podem interessar tanto ao público afrodescendente quanto ao branco. O que percebemos é que a referida revista objetiva a proporcionar autoestima e visibilidade ao negro, a partir de uma representação baseada em valores considerados positivos. A representação positiva do negro através do discurso e das imagens que circulam na revista *Raça Brasil* vem responder aos anseios de muitos afrodescendentes de se verem positivamente representados na mídia.

Mas, antes de falarmos do discurso antirracista, é necessário que especifiquemos os critérios usados para a seleção do *corpus*.

A fim de termos uma amostragem significativa do discurso antirracista, optamos por trabalhar com a revista *Raça Brasil*, por ser esta uma revista definida – de acordo com relatos de leitores e de jornalistas, publicados na própria revista – como a mais importante publicação comercial etnicamente segmentada dirigida aos afrodescendentes do país. Isto se dá em função do seu tempo de existência e do expressivo número de leitores desde a sua primeira publicação. A *Raça Brasil* acaba de completar 15 anos, o que demonstra a durabilidade da proposta, além de ter apresentado períodos de expressiva circulação. Desta revista, selecionamos dez artigos<sup>2</sup> da seção “Opinião de Raça”, na qual Maurício Pestana<sup>3</sup> escreve sobre a questão racial no Brasil.

---

<sup>1</sup> A revista *Raça Brasil* é a primeira e única revista de grande porte direcionada para a comunidade negra brasileira. Lançada em setembro de 1996 pela editora Símbolo-SPA, com tiragem de 280 mil exemplares, a revista teve periodicidade mensal até junho de 2001. A partir desta data, houve uma profunda mudança na linha editorial e na quebra do ritmo da publicação, que passou a ser bimestral. Atualmente, é publicada pela editora Escala com periodicidade mensal.

<sup>2</sup> Os artigos se encontram nos Anexos desta dissertação.

<sup>3</sup> **Maurício Pestana** é publicitário, cartunista, escritor e roteirista, com trabalhos publicados no Brasil e no exterior. Sua vasta obra é marcada principalmente pela luta em favor dos direitos humanos e pela

O artigo de opinião é, por essência, argumentativo. É essa característica que o posiciona na seção “Opinião de Raça” como um interessante objeto de pesquisa para a nossa análise, visto que assume características retóricas durante a sua construção.

Para atingirmos o objetivo a que nos propusemos, faremos, no capítulo 2, uma breve retomada do período da escravidão africana no Brasil, dando ênfase à formação dos Quilombos, primeira forma de resistência dos negros contra a condição de subjugados, e, em seguida, falaremos sobre a imprensa negra. No capítulo 3, inicialmente explicaremos o conceito de discurso proposto por Maingueneau e Charaudeau (2008) e, em seguida, definiremos o que chamamos de argumentação retórica. No capítulo 4, apresentaremos a noção de *ethos* que consideramos pertinente para as nossas análises. Em seguida, prosseguiremos identificando os pontos de partida ou acordos da argumentação do *corpus* por nós analisado. Para a identificação desses acordos, contaremos com o suporte teórico dos postulados da Nova Retórica propostos por Chaïm Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca (1996). A Nova Retórica é uma releitura da retórica aristotélica e tem como ideia básica a análise dos aspectos particulares da argumentação, dando ênfase ao orador e ao auditório. No capítulo 5, propomos um raciocínio através do qual relacionamos o conceito de auditório ao de polifonia.

Nesta dissertação, interessa-nos analisar a construção argumentativa do discurso da seção “Opinião de Raça”, considerando o posicionamento antirracista da revista *Raça Brasil* e os destinatários potenciais de seu discurso, o público negro. Assim, tendo em vista que na argumentação uma ação tende sempre a modificar um estado de coisas preexistentes, objetivaremos também investigar neste trabalho a possibilidade de as estratégias discursivas propostas pela revista *Raça Brasil* colaborarem para a construção de uma democracia racial.

A este respeito, citamos Habermas (1985, p. 441):

os sujeitos falantes ou são senhores, ou são pastores do seu sistema lingüístico. Ou servem-se da linguagem de maneira criativa para que seu mundo se lhes abra de modo inovador, ou movem-se desde sempre dentro de um horizonte – que se transforma às suas costas – da abertura de

preparada para eles pela própria linguagem – a língua como médium de uma práxis criadora ou como evento diferencial.

Em outras palavras, como apontado por Austin (1962) na Teoria dos Atos de Fala, é possível agir através da linguagem. Segundo ele, dizer é transmitir informações, mas também é, sobretudo, uma forma de agir sobre o interlocutor e sobre o mundo circundante.

As nossas principais metas nesta dissertação são: (a) analisar os artigos de opinião escritos por Maurício Pestana para a seção “Opinião de Raça”, da revista *Raça Brasil*; (b) identificar as principais estratégias discursivas e argumentativas utilizadas pelo autor na construção dos enunciados; e (c) desenvolver uma análise da abordagem discursiva dessas estratégias.

Buscamos aqui compreender mais sobre o discurso antirracista e a sua natureza retórica e também sobre a questão racial com relação ao princípio de igualdade<sup>4</sup>. Com este trabalho, esperamos contribuir de maneira significativa para a compreensão desse discurso que propõe uma democracia racial.

---

<sup>4</sup> “A crença de que as sociedades deveriam tratar seus membros de maneira mais igualitária, nos sentidos tanto formal quanto material, ocupa uma posição central no pensamento desenvolvido no século XX. Nos séculos XVIII e XIX, o ideal manifestou-se na exigência de direitos iguais diante da lei e direitos iguais de participação política. No século XX, esses tipos de igualdade já eram dados como certos (na teoria, ainda que nem sempre na prática) em todas as sociedades avançadas, e a atenção se concentrou numa nova exigência: a igualdade social. Por igualdade social entende-se a ideia de que as pessoas devem ser tratadas como iguais em todas as esferas institucionais que afetam suas oportunidades de vida: na educação, no trabalho, nas oportunidades de consumo, no acesso aos serviços sociais, nas relações domésticas e assim por diante. Mas o que significa ser tratado com igualdade? Falando de maneira ampla, há duas respostas a essa pergunta altamente controversa, que, respectivamente, podemos rotular de igualdade de oportunidade e igualdade de resultados.” (OUTHWAITE; BOTTFOMORE, 1996, p. 372-373)

## 2 DISCRIMINAÇÃO RACIAL E DISCURSO ANTIRRACISTA

### 2.1 Contextualização Histórica

Para analisar um discurso que coloca em pauta a questão do racismo, é preciso considerar as condições de produção desse discurso. Lembremos com Pêcheux (1999) que é impossível ao analista analisar um discurso como se estivesse analisando um texto, ou seja, como uma sequência linguística fechada sobre si mesma. Faz-se necessário, então, referir esse discurso ao conjunto de discursos possíveis e a partir de um estado definido da condição de produção. Esta última compreende fundamentalmente os sujeitos e a situação.

A memória<sup>5</sup> também faz parte da produção do discurso, por isso pode ser tratada como interdiscurso. Pêcheux (1999, p. 52) aponta que

a memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os “implícitos” (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível.

Para Pêcheux (1999), a memória discursiva é a estruturação da materialidade discursiva complexa estendida em uma dialética da repetição e da regularização. A questão da memória discursiva nos possibilita compreender e dar visibilidade aos processos de produção de sentidos na relação que estabelecem com a memória, uma vez que a constituição determina a formulação, pois só podemos dizer (formular) se nos colocarmos na perspectiva do dizível. A memória discursiva, também apontada por Pêcheux como *interdiscurso*, é um saber que possibilita que

---

<sup>5</sup> Aqui, não estamos tratando de memória psicológica, mas de uma memória que supõe um enunciado inscrito na história. Para nós, é a memória discursiva que torna possível a toda formação discursiva fazer circular formulações anteriores, já enunciadas. É ela que permite, na rede de formulações que constitui o intradiscurso de uma FD, o aparecimento, a rejeição ou a transformação de enunciados pertencentes a formações discursivas historicamente contíguas. Toda produção discursiva, efetuada sob determinadas condições conjunturais, faz circular formulações já enunciadas anteriormente. (BRANDÃO, 2004)

nossas palavras façam sentido. Esse saber corresponde a algo “já dito”, falado anteriormente em outro lugar.

O interdiscurso, por sua vez, também é tratado por diversos nomes, entre eles dialogismo e polifonia. Porém, cada uma dessas teorias implica algum viés específico. Para falar de diálogo, recorreremos a Bakhtin (1997). Segundo ele, o discurso é dialógico pelo fato de que ele se constrói entre, pelo menos, dois interlocutores que, por sua vez, são seres sociais e estabelecem relações com outros discursos que configuram uma sociedade, uma comunidade, uma cultura.

A linguagem é, portanto, uma atividade social essencialmente dialógica realizada com vistas à realização de determinados fins. Porém, há outra dimensão do sentido que não o reduz às relações entre os sujeitos nos processos discursivos, mas que se refere ao permanente diálogo entre os diversos discursos que configuram uma sociedade. Esta é a dimensão que nos permite considerar o dialogismo como o princípio que determina a natureza interdiscursiva da linguagem. O interdiscurso apresenta um efeito de sustentação para o dizer. Já a polifonia, assunto que trataremos com ênfase no capítulo 5 desta dissertação, se refere às outras vozes que condicionam o discurso do sujeito.

No dicionário de Análise do Discurso, Dominique Maingueneau (2008), ao falar de memória e discurso, esclarece que o discurso é também denominado pela memória de outros discursos, ou seja, tem relação com a memória de maneira constitutiva. Destacamos que cada formação discursiva é tomada em dupla memória. A primeira se atribui a uma memória externa, que se coloca na filiação de formações discursivas anteriores. A segunda diz respeito à memória interna (com os enunciados produzidos anteriormente no interior da mesma formação discursiva). Então, o discurso apoia-se numa tradição, mas cria, pouco a pouco, a sua tradição.

O discurso tem relação com a memória de maneira constitutiva, em dois planos complementares: o da textualidade e o da história. Entendemos que, para esta dissertação, o contexto sócio-histórico é um elemento importante, pois delinea uma discursividade acerca do negro e de suas formas de organização e resistência no Brasil. Desse modo, faz-se necessário fazermos uma breve retomada do período da escravidão africana no Brasil. Isso porque, como salientaremos nas análises, a



escravidão ou escravismo foi a primeira forma de relação entre o negro africano e o País.

## 2.2 O contador de história

Os textos históricos sobre o negro no Brasil sempre nos remetem a um fato: o período da escravidão. No Brasil, a escravidão advém de sua descoberta e do projeto da grande lavoura açucareira, na primeira metade do século XVI. Nessa época, os portugueses traziam os negros africanos para utilizar como mão de obra escrava nos engenhos de açúcar do Nordeste. Configurava-se, assim, o tipo de sociedade do Brasil colonial, dividida entre senhores e escravos, caracterizando uma posição de inferioridade para o escravo negro em relação à superioridade do senhor branco.

A escravidão, por mais de três séculos, foi a fórmula mestra da vida econômica. O escravo negro estava presente em todas as áreas e setores de atividades. A utilização dos escravos se dava tanto nos serviços das necessidades pessoais do proprietário, quanto trabalhando para terceiros, ou seja, outras pessoas que não fossem seu proprietário. Tradicionalmente, a posse de escravos era símbolo de *status* social, nobreza, riqueza e poder. O uso mais frequente de escravos dava-se no âmbito doméstico. A estes cativos eram impostos os serviços mais desprezados. Eles trabalhavam em hospitais, na limpeza das ruas e das cidades, atuavam como carregadores e vendedores ambulantes, além de trabalharem como artesãos e servirem como escravos de aluguel. As condições de vida eram precárias, sua alimentação extremamente limitada e não contavam com nenhum tipo de assistência ou garantia governamental.

Contudo, trabalhos historiográficos confirmam que, no Brasil Colonial, os negros cativos não se mostravam indiferentes ou totalmente submissos aos seus donos. Ao contrário, desenvolveram diversas formas de resistência contra a escravidão, as quais não se restringiam às fugas, rebeliões ou violências contra seus senhores ou representantes. Entre essas formas de resistência, merece destaque especial a

formação de Quilombos, uma espécie de sociedade paralela formada por escravos que fugiam de seus senhores. Eram lugares de refúgio, onde os negros que conseguiam fugir se juntavam a outros também fugitivos. Os Quilombos nasceram no bojo do sistema escravista e expressavam uma das suas contradições mais agudas e violentas. Segundo Moura (1981), com uma organização hierárquica bem definida, os Quilombos não apenas se apresentavam como defensivos, em alguns momentos, mas também atacavam a fim de conseguirem artigos e objetos sem os quais não poderiam viver. A liderança dos Quilombos era exercida pelo elemento que se destacava durante a fuga, mas todos se defendiam e atacavam quando necessário.

Como explicado por Moura (1977, p. 21),

apesar da resistência ao regime escravista, o escravo não tinha condições de estabelecer um novo tipo de ordenação social. Os mais avançados dos seus membros viam, apenas, a luta individual ou grupal, sem estabelecer projetos de ordenação social superiores para substituírem aqueles que desejavam destruir.

Resistir ao sistema escravocrata significou diversificar as estratégias de acordo com as peculiaridades de cada região e de cada período do escravismo. No Brasil, além dos Quilombos, existiram inúmeras outras formas de se resistir à escravidão, como suicídios, assassinatos, rebeliões, abortos e revoltas organizadas contra os senhores. Porém, a luta para a extinção do cativeiro foi marcada por avanços e recuos, pequenas vitórias e grandes derrotas que duraram quase um século. Foi durante o século XIX que, amparado por necessidades econômicas, o discurso abolicionista ganhou forças. A abolição da escravatura se concretizou num período em que se estabeleceu uma discordância entre produção e consumo *versus* escravidão. O que nos leva a pensar que “a libertação dos escravos” ocorreu como resposta às pressões estabelecidas por uma economia capitalista, mas não em prol do negro. Isto porque, com a produção em massa que as máquinas disponibilizavam, surgiu a necessidade da abertura de novos mercados para o consumo desta produção. Então, de escravo não consumista o negro passou a ser assalariado consumista.

Entretanto, apesar de liberto do cativo, a verdade é que o negro continuou preso à condição de inferioridade. A esse respeito, Moura (1983, p. 12) destaca que o negro fora

lançado à periferia do sistema, não apenas para ficar no subemprego, no desemprego, na criminalidade do pobre e na prostituição (baixa), mas também para ser dizimado biologicamente nos surtos de meningite, desidratação, tuberculose, raquitismo, e outras doenças carenciais, além da sua destruição violenta por grupos racistas/repressivos como o “Esquadrão da Morte” cujas vítimas das suas ações criminosas são esmagadoramente negras.

A abolição da escravidão, em 1888, deixou a massa dos escravos nas posições mais baixas da hierarquia socioeconômica. Por este motivo, as atuais disparidades raciais seriam consequência do diferente ponto de partida social dos ex-escravos e do racismo que ainda perdura. Porém, para alguns, esta é uma maneira embaçada de ver as coisas. No polêmico livro *Não somos racistas: uma reação aos que querem nos transformar numa nação bicolor*, Ali Kamel<sup>6</sup> (2006) diz que os brancos e os racistas não são responsáveis por fazer com que os negros sejam pobres, bêbados, desordeiros e ociosos. Segundo ele, as tabelas que o IBGE utiliza para mostrar que, no Brasil, os brancos oprimem os negros ocultam o racismo ao número relativo àqueles que se denominam amarelos. Kamel (2006) também esclarece que, no Brasil, os amarelos ganham o dobro do que ganham os também autodenominados brancos: 7,4 salários mínimos contra 3,8 dos brancos (os autodenominados negros e pardos ganham 2 salários). Então, para Kamel (2006), se é verdadeira a tese de que é por racismo que os negros e pardos ganham menos e vivem em condição subalterna, também é por racismo que os amarelos ganham o dobro do que os brancos. A conclusão da análise desses dados seria que os amarelos oprimem os brancos. Para Kamel (2006, p. 60), o raciocínio de que os brancos oprimem os negros é inviável:

não, o racismo não explica nem uma coisa nem outra porque não somos racistas, repito. A explicação se encontra no nível cultural e na condição econômica dos diversos segmentos da população. Vejamos: os amarelos estudam, em média, 10,7 anos; os brancos estudam menos, 8,4 anos; e os negros, menos ainda, 6,4 anos. Os amarelos estudam mais e, por isso, ganham mais. Nada a ver com a cor. É preciso gerar renda e distribuí-la de

---

<sup>6</sup> Ali Kamel defende que há racismo no Brasil, mas que não somos racistas. Para ele, somos “classicistas”, isto é, há um preconceito contra os mais pobres. A diferença educacional explica a desigualdade. Quando isso tiver resolvido, se ainda houver uma discrepância entre a situação de brancos e negros, aí sim se trata de racismo.

maneira mais justa, para que os pobres possam melhorar de vida. E investir em educação tendo como alvo os pobres em geral, e não apenas os negros, para que todos tenham uma chance de ter uma vida mais digna.

Na conclusão de Kamel (2006), tudo o que se diz em relação aos negros e pardos pode ser dito com mais propriedade em relação aos pobres, sejam brancos, negros, pardos ou amarelos. Para ele, raça é uma construção cultural e ideológica para que uns dominem os outros. Acreditar que raças existem é a base de todo o racismo.

Mas é importante para essa discussão que citeamos também a reflexão de outros analistas. No livro *Estratégias e políticas de combate à discriminação racial*, Munanga (1996) diz que, para compreender concretamente a situação do negro no Brasil atual, é preciso, além do discurso socioantropológico qualitativo, fazer um balanço comparativo nos domínios de renda, do emprego, da saúde, da educação, da cultura, do lazer, da representação política, etc.

Munanga (1996, p. 117) fala em uma pedagogia reversiva e específica como maneira adequada de atuar, de forma positiva, em relação à questão racial:

em primeiro lugar, é importante frisar que para reverter a “visão da sociedade” deve-se tomar a via do processo educativo. Inexiste discursos ou vontade política de grupos ou partidos que possam fazê-lo. Em segundo lugar, não é descabido lembrar que a população não-branca faz parte da sociedade como um todo. Isto quer dizer que negros e brancos devem passar por uma pedagogia específica a fim de reverterem a marca estigmatizada ao negro ao longo de quase meio milênio.

Então, nas palavras de Munanga, a educação é a prioridade para uma mudança significativa da visão da sociedade com relação à questão do preconceito racial.

Em *Democracia racial: do discurso à realidade*, Vieira (2006) corrobora com a ideia de Moura (1983) e Kamel (2006) no quesito educação. Nas palavras de Vieira (2006, p. 239),

todos os pretos e pardos das camadas mais baixas somente ganhariam condições de competitividade para ascender socialmente através de políticas universais, aquelas relacionadas a direitos sociais básicos, como educação e saúde de qualidade, contrapartida do Estado aos impostos pagos pelos cidadãos. Essa é, indubitavelmente, a mais justa maneira de se corrigirem erros do passado, uma vez que são privilégios para alguns indivíduos.

De fato, percebemos nas últimas décadas uma maior presença da população afrodescendente na mídia e no ensino superior, mostrando a sua ascensão, ainda que tímida, em alguns setores da sociedade brasileira. O reflexo disso é a maior participação da população negra nas profissões liberais, nas diretorias de grandes empresas, nos partidos políticos, no comércio e na indústria. À medida que a população negra conquista maior poder aquisitivo, passa também a representar um nicho de consumidores importantes ao sistema capitalista. A revista *Raça Brasil* representa bem esta parcela do novo negro brasileiro. Estamos nos referindo a uma parcela da população afrodescendente que está se formando gradativamente, que possui nível superior de escolaridade e todos os bens de consumo oferecidos pela sociedade moderna. A imprensa negra, desde o período escravocrata, teve um papel crucial nessa mutação social.

### **2.3 As raízes do discurso antirracista: a imprensa negra no Brasil**

Não era apenas através dos Quilombos e entidades religiosas que o negro se organizava. Na história dos negros brasileiros, além dos Quilombos, primeira forma de resistência contra a condição de subjugado, encontraremos muitas outras formas de manifestação e de organização contra o racismo, e a imprensa negra é uma delas. Entendemos a imprensa negra como o conjunto dos jornais que foram publicados, a partir do século XIX, com a intenção de criar meios de comunicação, educação e protesto para os leitores.

Joaquim Nabuco, político e diplomata, notabilizou-se por ser um ferrenho defensor da abolição da escravidão no Brasil. Na obra *Minha Formação*, Nabuco (2004) narra as questões políticas e econômicas que permeavam o debate nacional a respeito da libertação dos escravos. Mesclada com uma narrativa pessoal e passional em relação ao tema, o autor reflete os conflitos de interesses que permeavam a questão abolicionista. Digno de nota é o seu posicionamento conservador, como ele mesmo expressa: “a Monarquia constitucional ficava sendo para mim a mais elevada forma de governo: a ausência de unidade, de permanência, de continuidade no governo,

que é a superioridade para muitos da forma republicana, convertia-se em sinal de inferioridade.” (NABUCO, 2004. p. 85)

Portanto, por essa afirmação, podemos aquilatar que a escravidão esteve também condicionada a aspectos político-ideológicos que suplantavam a questão humanitária. Tal como nos expõe Nabuco, o olhar do intelectual, do homem público não deixava perscrutar as vozes conservadoras e progressistas nos debates na época. Temos a impressão de que a abolição, na visão do autor – o qual era detentor de uma visão permeada por considerações particulares –, circunscrevia-se a uma postura de compaixão, falava de escravidão por um ponto de vista equidistante do cerne do problema. A senzala provavelmente elaborava-se por uma interpretação emocional, emoldurada por um imaginário que a aristocracia criava da própria escravidão. As palavras de Nabuco (2004, p. 137) dão-nos uma noção desse fato:

é que tanto a parte do senhor era inscientemente egoísta, tanto a do escravo era inscientemente generosa. A escravidão permanecerá por muito tempo como a característica nacional do Brasil. Ela espalhou por nossas vastas solidões uma grande suavidade, seu contato foi a primeira forma que recebeu a natureza virgem do país, e foi a que ele guardou; ela povoou-o, como se fosse uma religião natural e viva, com seu mitos, suas lendas, seus encantamentos; insuflou-lhe sua alma infantil, suas tristezas sem pesar, suas lágrimas sem amargor, seu silêncio sem concentração, suas alegrias sem causa, sua felicidade sem dia seguinte.

Na visão dos que, de alguma forma, beneficiavam-se da escravidão aparece como que romanceado na imagem afável e inefável do escravo em que a varanda e a senzala mesclavam-se em um grande território de convivência pacífica. O negro, em certa medida, deixa de ser o escravo, compartilhando com o senhor a convivência diária na casa e na senzala, um pouco do que nos diz Gilberto Freyre (1954).

Fizemos essas digressões para tentar compreender o papel da imprensa negra no Brasil, cuja missão deveria ser a de desmitificar a imagem idealizada do escravo e da escravidão, forma perversa de mascarar a realidade e sua profunda ferida social.

A imprensa sempre desempenhou um papel importante para o negro brasileiro. Mas a bibliografia sobre a imprensa negra no Brasil, em específico, não é muito extensa. Moura (1983), ao falar dessa imprensa negra independente, diz que a sua trajetória

histórica é dividida linearmente em duas etapas: a primeira, de 1915 a 1970, e a segunda, de 1970 aos dias de hoje.

O início dessa primeira fase aconteceu com o lançamento, em Porto Alegre, do jornal negro *O Exemplo*, que foi o primeiro registro impresso da história da comunidade negra no Brasil.

A ele seguiram-se muitos outros periódicos negros, principalmente em São Paulo: *O Menelick* (1915), *O Alfinete* (1918), *O Kosmos* (1922), *O Clarim da Alvorada* (1924), *Tribuna Negra* (1928), *Progresso* (1928), entre outros. Nestes jornais, encontramos escritos sobre estilos de comportamento, anseios, reivindicações, protestos, acontecimentos sociais, incentivo à educação como meio para a ascensão social e reprovação ao alcoolismo e à boemia. Os textos apresentados nestes jornais tinham uma forma rebuscada e literária, onde a predominância era da moral puritana, valorizada como forma de alcançar o respeito e a igualdade aos padrões brancos.

Essa imprensa especializada, desenvolvida em São Paulo, vivia dos escassos recursos da comunidade negra e refletia os anseios e as reivindicações dessa comunidade. A imprensa negra era feita por homens de baixas posses e alguns literatos, poetas que queriam publicar os seus trabalhos. No sentido organizacional, os grupos que elaboravam os jornais eram muito frágeis, por isso não havia uma periodicidade regular de publicação. A sua força estava na difusão das suas ideias no meio negro. A imprensa negra colaborou para que o povo negro refletisse sobre as especificidades de seus anseios, suas reivindicações, além de propiciar reflexões sobre as condições sociais, econômicas e políticas em que estavam inseridos.

A segunda etapa da imprensa negra teve seu início em 1970 e perdura até a atualidade. Tem como característica principal uma imprensa negra moderna exemplificada nesta dissertação pela revista *Raça Brasil*. A *Raça Brasil* é uma produção impressa que tem como público-alvo o afrodescendente. Mas, como já colocado na introdução desta dissertação, não podemos dizer que o negro brasileiro seja o único que lê a revista, pois ela traz assuntos que podem interessar tanto ao público afrodescendente quanto ao branco. A referida revista objetiva a proporcionar autoestima e visibilidade ao negro, a partir de uma representação baseada em valores considerados positivos.

Ao contrário dos periódicos da primeira fase da imprensa negra, a revista *Raça Brasil* é direcionada para um público negro de classe média e, numa perspectiva comercial, se apropria de algumas manifestações dos movimentos sociais que têm como meta a construção de uma autoestima positiva para a população afrodescendente, o protesto contra o racismo, além de melhores condições econômicas para essa população. Essas questões aparecem no discurso da revista, levando-se em consideração o contexto social vivido pelo seu público pretendido: a classe média negra brasileira.



### 3 DISCURSO E ARGUMENTAÇÃO

#### 3.1 O que é discurso

Desde o início deste trabalho, estamos falando de discurso antirracista. Desse modo, consideramos necessário estabelecer a definição de discurso. Para estabelecer esta definição, recorreremos a Maingueneau e Charaudeau (2008). Segundo eles, a noção de discurso já estava em uso na filosofia clássica.

Na atualidade, o debate em torno do discurso ganhou dimensão com os trabalhos em Análise do Discurso e Pragmática. Sob essas perspectivas teóricas, destacaremos as quatro oposições clássicas:

1. Discurso e frase;
2. Discurso e língua;
3. Discurso e texto;
4. Discurso e enunciado.

Com relação à primeira oposição, podemos considerar o discurso como uma unidade linguística formada por uma sucessão de frases, ou seja, um conjunto de frases. No que se refere à segunda oposição, podemos dizer que está próxima da dicotomia de Ferdinand de Saussure (2004), que opunha língua a fala. Nesta acepção, língua define-se por um sistema de valores virtuais enquanto que discurso é o uso da língua em um contexto particular.

A terceira oposição define discurso como o conjunto do texto mais as condições de produção, isto é, a inclusão de um texto em seu contexto. A última oposição, discurso e enunciado, resulta de um olhar sobre um texto do ponto de vista da sua estruturação na língua, enquanto que discurso é o estudo linguístico das condições de produção deste texto.

Segundo Maingueneau (2008), o discurso apresenta algumas características especiais, a saber:

- a) o discurso é uma organização situada para além da frase: os discursos, enquanto unidades transfrásticas, estão submetidos a regras de organização vigentes em um grupo social determinando: regras que governam uma narrativa, um diálogo, uma argumentação; regras relativas ao plano de texto; regras sobre a extensão do enunciado.
- b) o discurso é orientado: o discurso se constrói em função de uma finalidade, devendo supostamente dirigir-se a algum lugar. Mas ele pode se desviar em seu curso, retomar sua direção inicial, mudar de direção, etc.
- c) o discurso é uma forma de ação: falar é uma forma de ação sobre o outro e não apenas uma representação do mundo.
- d) o discurso é interativo: a atividade verbal é, na realidade, uma inter-atividade entre dois parceiros, cuja marca nos enunciados encontra-se no binômio EU VOCÊ da troca verbal.
- e) o discurso é contextualizado: não se pode verdadeiramente atribuir um sentido a um enunciado fora de contexto; o mesmo enunciado em dois lugares distintos corresponde a dois discursos distintos.
- f) o discurso é assumido por um sujeito: o discurso só é discurso enquanto remete a um sujeito, um EU que se coloca como fonte de referências pessoais, temporais, espaciais e, ao mesmo tempo, indica que atitude está tomando em relação àquilo que diz e em relação a seu co-enunciador.
- g) o discurso é regido por normas: cada ato de linguagem implica normas particulares. Nenhum ato de enunciação pode efetuar-se sem justificar, de uma maneira ou de outra, seu direito a apresentar-se da forma como se apresenta.
- h) o discurso é considerado no bojo de um interdiscurso: o discurso só adquire sentido no interior de um universo de outros discursos, lugar no qual ele deve traçar seu caminho.

Ainda falando desse tópico, retomamos Ducrot (1984, p. 369) para quem “o discurso designará uma sequência de enunciados ligados entre si: um discurso será, portanto, uma realização de um texto”. Já para Reboul (1998, p. 195), “o discurso é um conjunto coerente de frases, que têm uma unidade de sentido e que falam de um mesmo objeto”.

Para Bakhtin (2003, p. 261), a noção de enunciado pode abarcar a de discurso. Segundo ele,

o emprego da língua efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos) concretos e únicos, proferidos pelos integrantes desse ou daquele campo da atividade humana. Esses enunciados refletem as condições específicas e as finalidades de cada referido campo não só por seu conteúdo (temático) e pelo estilo da linguagem, ou seja, pela seleção dos recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais da língua, mas acima de tudo, por sua construção composicional.

As palavras do autor deixam implícita a definição de discurso: conjunto de enunciados coerentes, uma vez que têm condições específicas e finalidades a alcançar, que apresentam uma estrutura composicional.

Tendo esclarecido a questão do discurso, passemos então a discutir sobre a argumentação.

### **3.2 Argumentação e Retórica**

De acordo com Plantin (2008), a argumentação está vinculada à lógica (a arte de pensar corretamente), à retórica (arte de bem falar) e à dialética (a arte de bem dialogar). Desse modo, a abordagem retórica da argumentação seria aquela centrada no processo persuasivo. Nesta dissertação, interessa-nos o sistema retórico, pois entendemos que as estratégias discursivas e argumentativas utilizadas pelo orador da revista *Raça Brasil* visam à construção de um discurso persuasivo empregado com a finalidade de promover e divulgar os valores e a cultura dos negros. Nesse contexto, podemos considerar a revista como um veículo de expressão do grupo afro-brasileiro.

A retórica é uma das disciplinas das ciências humanas mais antigas, e ainda hoje tem despertado interesse em inúmeros estudiosos. Dentre eles destacamos Plantin (2008, p. 9), que define a argumentação retórica pelas seguintes características:

trata-se de uma retórica referencial, isto é, ela inclui uma teoria dos signos, formula o problema dos objetos, dos fatos da evidência, mesmo que a sua representação linguística adequada só possa ser apreendida no conflito e na negociação das representações. Ela é probatória, isto é, visa trazer, se não a prova, pelo menos a melhor prova; ela é polifônica; seu objeto privilegiado é a intervenção institucional planejada; seu caráter eloquente é acessório.

Porém, a argumentação retórica possui uma história que antecede os estudos de Plantin. A história da argumentação pode ser contada a partir da constituição do sistema retórico. A sua origem ocorreu na Sicília, nos primeiros anos do século V. a.C. Córax e Tísias foram os primeiros sofistas a desenvolverem um estudo sistemático da argumentação, o que resultou na publicação de uma primeira versão da Retórica dos conflitos ou “Arte Oratória”. Esta obra era uma representação pedagógica das soluções imagináveis para os casos de litígio, tendo como finalidade a produção do discurso persuasivo em sociedade. Nessa época, a retórica foi definida por estes dois sofistas como “a arte da persuasão pela palavra”. Desse modo, podemos considerar que a primeira relação entre argumentação e a constituição de espaço público desenvolveu-se com a sofística<sup>7</sup>.

Em nossa retrospectiva acerca da argumentação, não podemos deixar de citar Aristóteles, primeiro filósofo a expor uma teoria da argumentação, nos *Tópicos* (1987) e na *Retórica* (2003). Ele foi também o responsável pela transformação da retórica como técnica de persuasão em arte retórica, ou seja, num corpo de conhecimento de categorias e regras que podem levar à persuasão de um determinado auditório. Os escritos de Aristóteles dedicados a uma forma específica de raciocínio, que partem de premissas meramente prováveis, estão no quinto

---

<sup>7</sup> Sofisma – Em Lógica, um sofisma é um raciocínio erístico.

**Do ponto de vista interacional**, é um discurso embaraçoso, enganoso, manipulador e perigoso, recebido como evidentemente falso, mas cuja refutação é difícil.

**Do ponto de vista filosófico**, a sofística representa, com o ceticismo, um movimento intelectual essencial para a argumentação retórica, especialmente porque criou princípio do debate e dos discursos irreduzivelmente contraditórios (as anti-logias), a noção do ponto de vista, a reflexão sobre o verossímil. (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2008)

capítulo do *Organon*<sup>8</sup> denominado *Tópicos*<sup>9</sup>. Referimo-nos, nesses termos, à dialética aristotélica. Mas é bom lembrar que, embora a retórica e a dialética sejam descritas por Aristóteles como formas de racionalidade determinadas como arte, existe uma diferença entre esses dois modos de raciocínio. Esta diferença está na ética e na lógica, uma vez que a dialética é a construção de um método discursivo, cujo objetivo não é persuadir, como o retórico, mas chegar a uma conclusão que deva ser admitida como razoável para os participantes do diálogo. A dialética, de acordo com a Antiguidade, era chamada de “a arte de separar, distinguir as coisas em gêneros e espécies, classificar ideias para poder discuti-las melhor”. (ARISTÓTELES, 2003)

Os dois modos de raciocinar propostos por Aristóteles são a demonstração analítica e a dialética. O primeiro se traduz numa demonstração fundada em proposições evidentes (proposições que por si mesmas garantem a própria certeza), que conduz o pensamento à conclusão verdadeira. Já o segundo se expressa através de enunciados prováveis (proposições que enunciam opiniões aceitas por todos), dos quais se poderiam extrair conclusões apenas verossímeis.

Mais tarde, durante o cristianismo, a dialética não alcançou o estatuto de seriedade e consistência, ficando relegada ao plano dos sofismas, ou seja, às técnicas de persuasão. Nessa época, os estudos filosóficos davam relevância aos métodos do conhecimento e não à dialética com sua multiplicidade de premissas.

Avançando um pouco mais na história da argumentação, em 1947, na Bélgica, Chaïm Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca alteraram este quadro dando início a pesquisas que resultaram na publicação do *Tratado da argumentação*. Nas palavras de Perelman (1996, p. XIII):

o raciocínio dialético, tal como formulado por Aristóteles, é vítima de uma grande injustiça. Ele, rigorosamente falando, não se reduz a expedientes retóricos guiados exclusivamente pelo objetivo de vitória nos embates políticos ou forenses, acusação que costuma pesar contra os sofistas. O raciocínio dialético, já nos *Tópicos*, é distinguido com clareza do chamado silogismo erístico, alicerçado em premissas apenas aparentemente prováveis. Quer dizer, ao tomar como objeto de sua preocupação filosófica

---

<sup>8</sup> O *Organon* corresponde ao conjunto de escritos lógicos de Aristóteles. O quinto capítulo dessa obra, denominado *Tópicos*, dedica-se a uma forma específica de raciocínio, que parte de premissas meramente prováveis. (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 1996)

<sup>9</sup> Aristóteles apresenta nos *Tópicos* um método de argumentação (o dialético) que parte de opiniões geralmente aceitas.

o estudo de maneira específica de raciocinar por argumentos, Aristóteles não pretendeu que qualquer encadeamento entre proposições, que desrespeitasse os postulados da demonstração analítica, pudesse, tão-somente pela força retórica de quem o sustentava, alcançar o estatuto de argumentação dialética.

Foi com a preocupação em resgatar o conceito de dialética que Chaïm Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca iniciaram suas pesquisas em discurso argumentativo com ênfase no conceito de valor. Nessas pesquisas, os autores perceberam que uma parte da lógica de Aristóteles havia sido ignorada por muitos anos. Tal parte é relacionada ao raciocínio dialético, que difere do raciocínio demonstrativo. Um outro aspecto também observado por Perelman é que ainda não existia uma lógica dos juízos de valor, mas que em todos os campos de conhecimento onde ocorriam controvérsias de opiniões recorria-se às seguintes técnicas argumentativas: a dialética e a retórica. Então, a pesquisa de Perelman foi direcionada no sentido de retomar e renovar a retórica dos gregos e dos romanos, concebida como arte de bem falar ou arte de falar de modo a persuadir, e retomar a dialética e a tópica, artes do diálogo e da controvérsia.

Nessa pesquisa, Perelman e Olbrechts-Tyteca investigaram a maneira como autores usam argumentos para raciocinar sobre valores, resultando, em 1958, na publicação do *Tratado da argumentação: a nova retórica*. A nova retórica é uma releitura da retórica aristotélica e tem como alicerce a análise dos aspectos particulares da argumentação, dando ênfase ao orador e ao auditório. Ciente de que o propósito da argumentação é mover um auditório, de acordo com as premissas que a audiência aceita, o principal interesse de Perelman era explicar, ou seja, entender os processos argumentativos que levavam ao assentimento ou não desse auditório.

A definição de argumentação de Perelman e sua colaboradora Lucie Olbrechts-Tyteca é elaborada a partir da contraposição entre demonstração e argumentação. Para melhor entendimento dessa diferença, é preciso saber que a demonstração lógica (formal) tem sua origem histórica com os Analíticos de Aristóteles e sua teoria

silogística<sup>10</sup>, fundamentada em um sistema formal. Berti (1998, p. 5) descreve a demonstração do seguinte modo:

a demonstração, isto é, o silogismo científico, tem lugar quando as premissas são “verdadeiras, primeiras, imediatas, mais conhecidas, anteriores e causas da conclusão”. Elas devem ser verdadeiras, isto é, exprimir como efetivamente são as coisas, não sendo possível haver ciência de um estado de coisas que não existe; devem ser primeiras e imediatas, isto é, indemonstráveis, ou devem derivar de premissas por sua vez indemonstráveis, na medida em que, se as premissas devessem ser sempre demonstradas, isto é, se derivassem sempre de outras, ao infinito, não se teria nunca ciência; devem ser causas da conclusão, porque ter ciência significa conhecer a causa; devem ser anteriores, para poder ser causa da conclusão, devem enfim, ser mais conhecidas que esta, visto que devem ser conhecidas anteriormente a ela, ou independentemente dela.

Percebemos, então, que a demonstração é descrita como uma atividade de raciocínio que se reduz a um cálculo. Isto porque a demonstração é objeto da lógica formal, parte de premissas verdadeiras ou supostamente verdadeiras e deve necessariamente chegar a conclusões verdadeiras ou de uma probabilidade calculável. Nesse caso, a prova é evidente, obrigando o assentimento sem deixar espaço para uma escolha justificada.

A argumentação dialética ou retórica, por seu turno, tem origem histórica nos *Tópicos* e na *Retórica* de Aristóteles. É uma atividade centrada na pessoa (auditório) e busca aderência a uma tese, com o propósito de um “encontro de espíritos”. A argumentação tem como adesão o assentimento mental, com intensidade variável. Usa a linguagem natural, em que as regras são geralmente implícitas e há ambiguidade. Os pontos de partida da argumentação são aceitos pelos auditórios e podem, a qualquer momento, ser postos em discussão. A conclusão de um argumento é uma decisão, ou seja, é uma que pode ser mais forte ou menos forte, mais ou menos convincente. Nas palavras de Berti (1998, p. 23),

a discussão dialética supõe, portanto, que os dois interlocutores discutam na presença de um público (de ouvintes, mas hoje dir-se-ia leitores), o qual, em certo sentido, faz as vezes de árbitro, e decide qual dos dois teve sucesso, isto é, conseguiu refutar o outro ou não fazer-se refutar pelo outro.

---

<sup>10</sup> Segundo a definição de Aristóteles, “o silogismo é um discurso no qual, estando postas algumas coisas, resulta necessariamente numa outra coisa diferente. As ‘coisas postas’ são as premissas do silogismo, ‘a coisa diferente’ na qual resulta, necessariamente, sua conclusão”.

A argumentação dialética envolve a apresentação de argumentos ou razões a favor ou contra uma tese. É uma argumentação situada temporalmente, que pressupõe o contexto de um espaço público, nos termos de Habermas, ou de auditório, na definição de Perelman na Nova Retórica.

Retomando a explicação da Nova Retórica, podemos dizer que, em síntese, ela é uma teoria da argumentação, mas diferente da demonstração ou da lógica formal, definidas por Perelman (1996, p. 15) como “cálculo feito de acordo com regras previamente estabelecidas”. É a partir das teorias deste autor que conduziremos a nossa pesquisa.

A ideia de argumentação de Perelman, vinculada à adesão dos espíritos e da importância do auditório, mostra-se essencialmente discursiva e próxima da noção de diálogo, a uma argumentação que abre espaço para problematizações e refutações por parte dos interlocutores. Essa noção também é resgatada por outros pesquisadores, como o filósofo e sociólogo alemão Jürgen Habermas. A racionalidade, para Habermas (1987), remete à argumentação e esta última, à ação comunicativa. Habermas (1987, p. 37) relaciona

argumentação ao tipo de fala em que os participantes tematizam as pretensões de validade que se tornam duvidosas e tratam de aceitá-las ou recusá-las por meio de argumentos. Uma argumentação contém razões que estão conectadas de forma sistemática com as pretensões de validade da manifestação ou emissão problematizadas. A força de uma argumentação se mede num contexto dado pela pertinência das razões.

Em Habermas (1987), o discurso significa uma interação comunicativa que não se propõe a trocar informações sobre algo, mas a fundamentar as pretensões de validade levantadas na ação comunicacional. Para esse autor, a linguagem é entendida como ação. Habermas propõe uma teoria da comunicação como uma teoria crítica da sociedade, de modo que a ação comunicativa entre os interlocutores sociais é analisada segundo suas relações.

Entretanto, a invasão das ciências humanas e da filosofia no contexto da linguagem é um fenômeno relativamente recente. A busca para minimizar alguns conflitos que podem ser considerados patologias da modernidade trouxe para o primeiro plano a necessidade de estudar os fenômenos da comunicação e do discurso.



Embora Perelman (1996) tenha proposto a revisão da retórica aristotélica, o conjunto de seu pensamento extrapola os limites do raciocínio lógico aristotélico. A argumentação vincula-se ao espaço social, mediatizada pela razão e pela consciência fundamentadoras do discurso que não mais acionam uma plateia ou auditório em que as ideias são debatidas, mas o conjunto de valores intrínsecos a um grupo social. Nesse aspecto, podemos vislumbrar alguma relação com o pensamento de Habermas já que o conceito de “valor” em Perelman coincide com o de “pretensão de validade” em Habermas.

Essas questões são importantes porque constituem o ponto nodal em que se pode relacionar pensamentos de outras áreas às questões do discurso, no nosso caso, um discurso distante, histórico, resgatado nas páginas da revista *Raça Brasil*, enunciadas no panorama do mundo moderno e na construção de valores de igualdade.

A noção habermasiana de argumentação fundamenta-se nas pretensões de validade, que guardam uma relação interna com razões, ou seja, com uma comunicação livre, racional e crítica.

De acordo com Habermas (1987), as ações humanas podem ser classificadas em estratégicas e comunicativas. O agir estratégico ou instrumental<sup>11</sup> ocorre quando os indivíduos estão predestinados e orientados para o sucesso coordenando seus planos de ação mediante uma influência externa. O agir instrumental é visto como um “trabalho”, como ação derivada de uma escolha racional de meios adequados a certos fins. Ao contrário, no agir comunicativo os pares tratam de deixar harmoniosos internamente os seus planos de ação mediante o entendimento mútuo linguístico. A diferença fundamental entre o agir estratégico e o comunicativo é que, no segundo, a coordenação bem sucedida da ação não está apoiada na racionalidade teleológica dos planos individuais de ação, mas na força racionalmente motivadora de atos de entendimento. O entendimento, para Habermas, é o processo de aquisição de um acordo entre sujeitos linguística e

---

<sup>11</sup> Habermas distingue ação instrumental de ação estratégica. A primeira diz respeito às regras de ação técnica, ao passo que a segunda refere-se aos processos de influência, ao êxito. As ações instrumentais estão associadas às interações sociais, já as ações estratégicas associam-se às ações sociais. Posteriormente, essa distinção resume-se à ação estratégica e ação comunicativa. (HABERMAS, 1987 I, p. 367)

interativamente competentes. Sendo assim, o acordo é racional porque é extraído mediante atos de entendimento mútuo. Conforme Habermas (1987, p. 107),

essa racionalidade comunicativa exprime-se na força unificadora da fala orientada ao entendimento mútuo, discurso que assegura aos falantes envolvidos um mundo da vida intersubjetivamente partilhado e, ao mesmo tempo, o horizonte no interior do qual todos podem se referir a um único e mesmo mundo objetivo.

Na ação comunicativa, os participantes não se orientam em primeiro lugar ao próprio êxito. É o tipo de ação social orientada para o entendimento, a compreensão e o consenso, que se opõe a ação social orientada para o sucesso. A ação comunicativa se insere no espaço público de cidadania e democracia através do discurso dialético e social. Porém, é fundamental lembrar que o que é dito precisa estar restrito a princípios.

A Teoria dos Atos de Fala<sup>12</sup> de Austin e Searle influenciou decisivamente Habermas a desenvolver a chamada *ética do discurso*. A Ética do discurso busca atribuir à ética um fundamento racional da ideia de que a reflexão sobre os pressupostos da comunicação interpessoal permite identificar os princípios morais realmente irrenunciáveis – nas palavras de Apel (1994), “intransponíveis” – que devem ser a base de toda convivência humana: o reconhecimento do outro, a não coação da comunicação e a disposição para a solução de problemas e a fundamentação de normas através do discurso livre e igual. A ética do discurso habermasiana é fundamentada no agir comunicativo, ou seja, no consenso. Em uma situação comunicativa, os agentes buscam, através de atos de fala, comunicar suas pretensões de validade a seus ouvintes. As pretensões de validade deverão ser amplamente criticáveis para que, através da ação comunicativa, elas possam ser fundamentadas através de razões. Habermas (1989, p. 62) nos esclarece que

a fundamentação de uma ética do Discurso está justificada, segundo Habermas, “como a abordagem mais promissora na atualidade” (Consc. Moral e agir comunic., p. 62). Argumentando a favor desta afirmação, o autor estipula que as argumentações, condicionadas pelas pretensões de validade, são passíveis de uma fundamentação, isto é, de uma fundamentação moral no curso do processo de socialização, caso contrário

---

<sup>12</sup> A Teoria dos Atos de Fala foi elaborada inicialmente por John L. Austin (1911-1980) e desenvolvida posteriormente por J. R. Searle. Esses pensadores entendiam a linguagem como uma forma de ação. Dessa forma, passaram, então, a refletir sobre os diversos tipos de ações humanas que se realizam através da linguagem: “os atos de fala”.

o discurso convergiria para o ponto de partida da teoria crítica, qual seja, a prevalência da razão instrumental. Por este prisma, será a força do melhor argumento que definirá a resolução de questões prático-morais, discursivamente resgatáveis via pretensão de validade normativa, capaz de assim estipular normas morais válidas universalmente. Logo, a razão encontra o seu cerne na linguagem, na atividade lingüística dos sujeitos que se comunicam por seu intermédio, mediante uma razão intersubjetiva calcada no entendimento possível, por uma “razão discursiva ou intersubjetiva”, representada por uma “guinada lingüística” ou *linguistic turn*. A teoria sociológica habermasiana, na TAC, ramifica-se na articulação de uma teoria ética e moral, presente, sobretudo, na obra *Consciência moral e agir comunicativo*.

A teoria de Habermas reconhece os indivíduos como pessoas responsáveis, tomando-as como agentes que podem e devem ter voz na validação de normas e leis às quais eles próprios estão sujeitos. Esse pensamento habermasiano coloca em evidência o uso da linguagem como inerente ao princípio do discurso. Nas palavras desse filósofo: “São válidas as normas de ação às quais todos os possíveis atingidos poderiam dar o seu assentimento, na qualidade de participantes de discursos racionais” (HABERMAS, 2002, 142). Segundo Habermas (2002), nós nos encontramos preliminarmente no elemento da linguagem, que existe, antes e acima de tudo, para a comunicação entre as pessoas sobre algo no mundo, e em cujo processo cada um pode tomar posição pelo “sim” ou pelo “não” perante as pretensões de validade de um outro.

A racionalidade habermasiana mostra-se preocupada com a esfera prática da vida do homem em sociedade. É importante salientar que a sociedade e o indivíduo se constituem reciprocamente através do agir comunicativo. Dessa forma, no modelo de ação comunicativa, alcançar entendimento mútuo através da linguagem pode ser considerado um mecanismo para coordenar ação entre indivíduos e para a integração social.

Um exame mais atento à teoria de Habermas nos possibilita reconhecer que ela pode ser ricamente aproveitada como um instrumento para se perceber, de modo mais crítico, algumas questões urgentes da contemporaneidade como, por exemplo, a permanência da desigualdade social brasileira. Esta questão e outros dilemas da modernidade devem passar por uma discussão social. Como já salientado por Habermas (2002, p. 30),

os dilemas da Modernidade não mais encontram eco nas interpretações filosóficas metafísicas ou epistemológicas. A distância entre o mundo real dos homens e a própria filosofia necessita de uma intermediação ou de uma nova interpretação da realidade e a resposta está na Linguagem, no Discurso, preconizando um pensamento inovador que recupera estas duas instâncias como filosóficas, sociológicas e linguísticas.

Habermas é um pensador da razão pública<sup>13</sup>. Para ele, a esfera pública é o espaço de trato comunicativo e racional entre as pessoas. É o espaço de todos os cidadãos – mulheres, negros, minorias raciais, trabalhadores – para que, através dos direitos de comunicação e participação política, tornem-se politicamente autônomos. A esfera pública não é nenhuma instituição ou organização, mas se produz no mundo da vida por meio do agir comunicativo, de forma pública e consensual.

A desigualdade como produto das relações sociais, as lutas de classes, que se inserem em um quadro antagônico, e a tensão criada por essas lutas podem ser consideradas questões urgentes da contemporaneidade. O princípio moral e os discursos práticos prescrevem resolver estes problemas e conflitos sociais do *mundo da vida* através de argumentos racionais. Cumpre saber que o *mundo da vida* consiste em um horizonte do qual os indivíduos pressupõem condições de ação referenciadas pelo mundo objetivo, normativo e subjetivo, situando-as como planos de ação que constituem apenas um fragmento do processo de comunicação. O *mundo da vida* representa as dimensões culturais e linguísticas da sociedade, organizada pelas interações comunicativas e consensuais. Segundo Habermas (2003, p. 42),

o mundo da vida, do qual as instituições são uma parte, manifesta-se como um complexo de tradições entrelaçadas, de ordens legítimas e de identidades pessoais – tudo reproduzido pelo agir comunicativo.

O conceito oposto ao *mundo da vida* é “sistema”. Porém, Habermas (1987) propõe conceber sociedade, ao mesmo tempo, como sistema e como *mundo da vida*. Isto porque, a partir da perspectiva dos sujeitos participantes da ação, a sociedade é o *mundo da vida* de um grupo social.

---

<sup>13</sup> A mesma afirmação aplica-se ao pensamento de Perelman, principalmente no que diz respeito ao conceito de auditório.

O sistema busca colonizar o *mundo da vida* utilizando a lógica estratégica do poder, mas, por outro lado, aparece o *mundo da vida* como consenso normativo, a partir da racionalidade comunicativa, através de uma ética discursiva que advém da moral discursivizada no plano social. É através da mediação dos discursos práticos reais que surge a Ética do discurso. Esta última remete os sujeitos concretos à participação em discursos reais abrindo o maior espaço possível à experiência e à corrigibilidade de toda experiência humana, na medida em que ela transfere para os discursos práticos realizados pelos afetados ou por seus representantes a fundamentação de normas situacionais.

Recentemente, ganharam espaço privilegiado na mídia as discussões sobre a implementação da medida de adoção de cotas para negros nas universidades públicas brasileiras. Entretanto, sabemos que é comum nos discursos a atitude dos participantes ser demonstrada de maneira bastante diversa. Por isso, era esperado que, em torno desse assunto extremamente polêmico, surgissem falácias e opiniões contraditórias. A revista *Raça Brasil* se pronunciou a favor dessa medida. Analisemos um trecho (ANEXO A):

*[...] a Câmara Federal aprovou a lei que cria cotas nas universidades federais e escolas técnicas. Principal reivindicação dos movimentos negros na atualidade. O histórico desta luta se caracterizou pelo posicionamento dos que sempre estiveram contra qualquer tipo de reparação em relação a nós negros, como os antigos donos de escravos personificados nos dias atuais na bancada ruralista do Congresso.*

A questão que se coloca em relação a essa temática diz respeito muito mais à inserção social do negro do que à discriminação propriamente dita. A imagem da “bancada ruralista” permeia diversas instâncias de discurso que não apenas a da discriminação ao negro. A “bancada ruralista” constitui um sentido no qual a ideia de conservadorismo está impregnada, assim como as questões ambientais. No trecho acima, a metáfora do conservadorismo aparece encarnada na imagem que retoma a condição histórica dos senhores escravocratas. É possível perceber também que a argumentação contrapõe o presente e o passado em uma forma de reivindicação histórica, ao mesmo tempo em que delinea a imagem do indivíduo discriminado e desprotegido no mundo social contemporâneo.

Se retomarmos a análise que diz respeito ao pensamento que Nabuco (2004) externaliza da visão da escravidão, veremos que há uma retomada implícita desse discurso histórico, principalmente no que diz respeito à aristocracia da época e às elites na atualidade. O interessante é que esse tipo de discurso histórico é retomado como pano de fundo para as reivindicações atuais. Nesse sentido, a argumentação coloca em causa o passado a ser superado no presente, única via possível para se falar de discriminação racial. Por esse ponto de vista, vemos uma aplicabilidade teórica das conceituações de Perelman e Habermas, pois, na verdade, o discurso não aparenta ser pontual ou restrito a uma situação específica, mas abrange um discurso social que se constrói na história dos valores que configuram os percursos sociais da escravidão até os dias de hoje. Nesse sentido, podemos pensar em uma comunidade ilimitada de comunicação (Apel, 1994), na Ação Comunicativa (Habermas, 1987), nos auditórios e na hierarquia dos valores (Perelman, 1996).

Ainda com relação ao último trecho citado, percebemos também a noção de envolvimento do orador ao utilizar o pronome “nós”, o que remete à busca de valores abstratos: solidariedade e lealdade. Entretanto, valores contrários são mencionados pelo orador ao citar nomes e sobrenomes dos que se posicionaram avessos às cotas. Vejamos outro trecho para melhor exemplificar o que foi dito (ANEXO A):

*[...] por último, intelectuais e políticos, que sempre utilizaram do nosso discurso e de nossa luta em projetos pessoais, na hora mais acirrada da luta se posicionaram avessos. Se por um lado foi triste descobrirmos o tamanho e a força dos adversários, por outro, pela primeira vez em nossa história após a abolição, podemos identificar por nomes e sobrenomes, os contrários aos avanços do negro no Brasil.*

Observa-se que, no discurso da revista *Raça Brasil*, há um movimento no sentido de promover a busca pela igualdade de oportunidades entre negros e brancos na sociedade. Interessa-nos, nesse processo, a discussão que é traçada para elaboração do consenso entre os inseridos nessa discussão. É neste quadro que vemos a ação comunicativa como um instrumento necessário para a construção de um pensamento democrático. É através da comunicação que as relações humanas serão fundamentadas, e é esta comunicação, voltada ao entendimento, que descreverá o procedimento de construção de uma democracia.

Habermas defende não poder haver democracia sem que à sua base já esteja operando pragmaticamente um espaço de liberdade tal qual aquele protegido pelos direitos humanos. Sobre as ações afirmativas<sup>14</sup> no Brasil, que também são consideradas uma forma de reparação, Habermas (2003, p. 181) se pronunciou a respeito:

As ações afirmativas, no Brasil, devem ser vistas como um elemento propiciador da mais ampla igualdade procedimental e da inclusão democrática e participativa de todos, pois no Estado Democrático de Direito há a institucionalização de processos e pressupostos comunicacionais necessários para uma formação discursiva da opinião e da vontade, a qual possibilita, por seu turno, o exercício da autonomia política e a criação legítima do direito.

As palavras de Habermas deixam evidente que, para ele, não pode haver democracia sem que em sua base já esteja operando pragmaticamente um espaço de liberdade tal qual aquele protegido pelos direitos humanos.

A revista *Raça Brasil* trabalha a visibilidade do negro despertando uma consciência para a igualdade de direitos entre brancos e negros na sociedade. Sendo assim, a revista pode ser compreendida como uma estratégia de ver o negro com um novo olhar e despertar uma consciência ética entre seus leitores, levando-os a uma reflexão sobre sua cultura e sua posição na sociedade através de um discurso ético. Como mostraremos nas análises que vêm a seguir, a *Raça Brasil* veicula um discurso que busca resgatar valores universais, superar a mentalidade cultural racista e sintetizar as diferenças em igualdade.

---

<sup>14</sup> Geralmente, ação afirmativa refere-se a uma variedade de programas e medidas que procuram corrigir e compensar desigualdades raciais e de gêneros históricas.

## 4 ETHOS E ARGUMENTAÇÃO: A ANÁLISE DO CORPUS

### 4.1 O Ethos

Como já exposto no capítulo anterior desta dissertação, estamos tratando da argumentação retórica, por isso não podemos deixar de citar os três pilares fundamentais da retórica: *ethos*, *logos*<sup>15</sup> e *pathos*<sup>16</sup>.

Toda fala, mesmo o texto escrito, é sustentada por uma voz que procede de um enunciador encarnado. É por meio da enunciação que é revelada a personalidade do enunciador. Para Dominique Maingueneau (2008, p. 220), a noção de *ethos* é retomada dos manuscritos de retórica e “designa a imagem de si que o locutor constrói em seu discurso para exercer uma influência sobre seu alocutário”. Diz respeito ao caráter do orador, que se for íntegro, honesto e responsável conquista mais facilmente o público. Mas os autores advertem que o *ethos* diz respeito às virtudes morais do orador que ele produz em seu discurso, e não de sua pessoa real.

Maingueneau (2008), ao estudar as peculiaridades na estruturação da imagem de credibilidade de orador de um texto escrito, denominou ser o “tom” a vocalidade específica que emana de um texto, ou seja, aquilo que dá autoridade ao que é dito. Segundo o professor francês, esse tom permite ao leitor construir uma representação do corpo do orador e não do corpo do autor efetivo. Desse modo,

---

<sup>15</sup> O *logos*, segundo Reboul (1998, p. 49), “diz respeito à argumentação propriamente dita do discurso. É o aspecto dialético da retórica, que Aristóteles retoma inteiramente nos Tópicos”. Reboul entende a dialética como um jogo que, “como todos os jogos, não tem outro fim além de si mesma: joga-se por jogar; discute-se pelo prazer de discutir” (REBOUL, 1998, p. 29). Para ele, a moralidade da dialética consiste em não trapacear, ou seja, em utilizar métodos honestos de debater e persuadir, respeitando as regras internas, sem as quais o jogo não seria mais jogo. Então podemos dizer que o orador (*ethos*) se apresenta ao auditório com sua autoridade e simpatia (*pathos*) e em seguida expõe os argumentos (*logos*) visando à adesão da tese defendida.

<sup>16</sup> Quanto ao *pathos*, Reboul (1998, p. 48) o define como “o conjunto de emoções, paixões e sentimentos que o orador deve suscitar no auditório com seu discurso”. O *pathos* representa, então, o jogo com as paixões e emoções dos ouvintes. A forma como o orador se dispõe a conquistar os corações do seu público, fazendo-o prescindir do controle racional das opiniões.



cria-se na leitura uma instância subjetiva que desempenha o papel de “fiador” do que é dito.

Além do “tom”, existem duas outras modalidades do *ethos* escritural: o *ethos* prévio e o discursivo. O primeiro diz respeito à imagem que o orador tem no seu espaço social, ou seja, do conhecimento prévio de outras enunciações daquele orador e das representações que circulam sobre a sua pessoa antes de qualquer interação verbal. Já o *ethos* discursivo refere-se à imagem que o orador constrói de si mesmo no decorrer do evento enunciativo.

A noção de *ethos* corresponde à imagem do orador em uma perspectiva mais abrangente, isto é, não só propriamente a vocal, mas também o conjunto de determinações físicas e psíquicas ligadas ao orador: o modo como ele se veste, como fala, como se movimenta no espaço social, como lida com as adversidades, como demonstra saberes técnicos e humanos. Este conjunto de saberes se apresenta por intermédio de uma “maneira de dizer” que remete a uma “maneira de ser do orador”.

Para dar uma imagem positiva de si mesmo, o orador pode se valer de três qualidades já expostas por Aristóteles no início do segundo livro da *Retórica* (1998): a *phronesis* (prudência), a *aretè* (virtude) e a *eunoia* (benevolência). Essas são as três qualidades que estão diretamente relacionadas ao *logos* e ao *pathos*, uma vez que o orador poderá usá-las de acordo com o tipo de auditório que deseja persuadir.

## **4.2 O ponto de partida da argumentação na revista *Raça Brasil***

Neste item, limitaremos o nosso estudo ao exame dos pontos de partida da argumentação no discurso antirracista da revista *Raça Brasil*. Abordaremos, principalmente, aqueles referentes às categorias relativas aos valores, às hierarquias e aos lugares do preferível, pois esses tipos de acordo têm validade para

grupos particulares. Acreditamos que, no nosso *corpus*, os valores<sup>17</sup> intervêm como base de argumentação do desenvolvimento do discurso e podem motivar o auditório a fazer certas interpretações ao invés de outras. Como já indicado, os textos que compõem o *corpus* desta dissertação estão reproduzidos em anexos no final deste trabalho.

O *corpus* que analisaremos é composto por dez artigos de opinião escritos por Maurício Pestana e publicados na seção “Opinião de Raça” da revista *Raça Brasil*.

O artigo de opinião pertence ao gênero epidíctico pelo fato de ter por objetivo reforçar uma disposição para a ação ao aumentar a intensidade de adesão aos valores comuns do auditório e do orador (PERELMAN, 1996). A tarefa do autor deste gênero, que pode ser um jornalista, colaborador ou convidado de renome, é apresentar uma opinião, sustentar ou refutar opiniões anteriores com base no seu conhecimento e na leitura do real, a fim de convencer o leitor através da argumentação.

Nos textos de opinião, sabemos que a força persuasiva dos argumentos, utilizada pelos jornalistas, começa a ser construída pelo prestígio, pelo respeito e pela confiança adquiridos através do *ethos* discursivo. No nosso *corpus*, o orador, além de ser ativista árduo do movimento negro, jornalista, publicitário e cartunista, é apresentado como presidente do Conselho Editorial da revista, o que reforça o seu prestígio e o poder ideológico do seu discurso. Esses dados também reforçam o seu *ethos* e colaboram para obter a atenção daqueles que deseja persuadir, pois, como já colocado por Perelman (1996, p. 20), “para que a argumentação se desenvolva, é preciso, de fato, que aqueles a quem ela se destina lhe prestem alguma atenção”.

Porém, antes de começarmos a nossa análise, consideramos necessário esclarecer que não é nosso objetivo, nesta dissertação, apontar como seria o modelo ideal de discurso contra o racismo, mas sim fazer uma análise discursiva do nosso *corpus*.

No entanto, como já disse Reboul (2000, p. 139),

a leitura retórica, por sua vez, não objetiva dizer que o texto tem razão ou deixa de tê-la. Nem por isso é neutra, pois não hesita em fazer juízos de

---

<sup>17</sup> Interpretaremos o conceito de valor, em Perelman, como simétrico ao de pretensão de validade, em Habermas.

valor, em mostrar que tal argumento é forte ou fraco, que tal conclusão é legítima ou errônea. Critica e pondera, sem se abster de admirar, tendo como postulado que o texto, tanto em sua força quanto em suas fraquezas, pode ensinar alguma coisa. A leitura retórica é um diálogo.

A retórica é, então, uma forma de conhecimento que avança por premissas prováveis para conclusões prováveis, mediante vários tipos de argumentos. Porém, os argumentos são de imensa variedade e, segundo Perelman (1996), só podem ser aplicados a um processo concreto de argumentação se estiverem preenchidas duas condições: a existência de algumas premissas geralmente aceitas e que funcionem como ponto de partida para a argumentação; a existência de um auditório relevante a persuadir ou a convencer. Isto quer dizer que, para que a argumentação seja eficaz, o orador deve adaptar-se ao auditório, estar em conformidade com suas crenças e escolher como ponto de partida do seu raciocínio teses admitidas por esse auditório. O ponto de partida da argumentação é o acordo que os ouvintes devem emprestar às premissas. Em outras palavras, consiste no assentimento daquilo que se admite como válido para o desenvolvimento do diálogo. Nesse sentido, reconhecemos a importância da anuência do auditório para que o diálogo seja possível.

Convencido de que o propósito da argumentação é mover um auditório, Perelman empenhou-se em entender e explicar os processos argumentativos que provocam ou aumentam a adesão dos espíritos às teses que se lhes apresentam ao assentimento.

Em Perelman (1996), como também em Aristóteles, o orador utiliza-se dos *topoi*<sup>18</sup> como premissas iniciais incidindo sobre o real e sobre o preferível. No *Tratado da argumentação: a nova retórica*, Perelman faz a distinção entre os tipos de objeto de acordo com as categorias em que podem ser agrupados, a saber:

- I. a que é relativa ao real; que comporta os fatos, as verdades e as presunções; e que tem uma pretensão de validade para o auditório universal; e
- II. a que é relativa ao preferível; que comporta os valores, as hierarquias e os lugares do preferível; e que tem uma validade para o auditório particular.

---

<sup>18</sup> Os *topoi* são “lugares comuns”, pontos de vista amplamente aceitos, de conteúdo muito aberto, inacabado ou flexível, e facilmente adaptáveis a diferentes contextos de argumentação.

Os acordos são instrumentos importantes manejados a partir da argumentação para produzir o convencimento e a persuasão. Dada esta importância, vamos nos dedicar neste trabalho ao exame desses pontos de partida da argumentação, principalmente àqueles referentes às categorias relativas ao preferível, ou seja, *os valores, as hierarquias e os lugares do preferível*, pois estamos trabalhando com um auditório particular, isto é, os leitores pretendidos da revista *Raça Brasil*.

No nosso *corpus*, os *valores* mais recorrentes encontrados foram os universais ou absolutos, os quais almejavam a adesão do auditório universal. São eles: *a igualdade, o respeito e a justiça*. Esses *valores* são também classificados como *valores abstratos* e, no nosso *corpus*, são utilizados como ponto de partida de uma argumentação que visa provocar uma mudança na sociedade brasileira, traduzida por uma maior visibilidade dos afrodescendentes. A esse respeito, Perelman (1996, p. 74) afirma que “a argumentação tem início no que chamamos de objetos de acordo, *fatos, verdades, presunções, valores, hierarquia de valores, lugares-comuns*, no sentido antigo do termo”.

Começamos nossa explicação pelos objetos de acordo relativos ao real: *os fatos, as verdades e as presunções*. Esses acordos são premissas do auditório universal ou ponto de partida da argumentação que lidam com a realidade. O papel dos *fatos* no processo argumentativo é aproblemático, por isso são subtraídos à argumentação, o que significa que a intensidade de adesão não tem de ser aumentada, nem de ser generalizada, e que esta adesão não tem nenhuma necessidade de justificação. Somente no caso de haver algum desacordo, hesitação, dúvida ou oposição é que a necessidade de provas discursivas surge. Porém, segundo Perelman (1996, p. 76),

este segundo processo entra em jogo a partir do momento em que é possível mostrar eficazmente que o auditório que admitia o fato é apenas um auditório particular, a cujas concepções se opõem a dos membros de um auditório ampliado.

Aqui abrimos um parêntese para esclarecer que, apesar de a revista *Raça Brasil* limitar-se a um auditório particular, ao analisarmos o seu discurso, percebemos que, na argumentação inicial, ou seja, nos primeiros parágrafos dos artigos de opinião da seção “Opinião de Raça”, o orador utiliza com frequência o referido argumento buscando sempre revivificar os *fatos* históricos que dizem respeito ao passado

escravocrata do negro brasileiro. Este argumento é relativo ao real e o simples fato de evocá-lo equivale a apelar para o que Habermas (1989) conceitua como o Uso Moral da Razão Prática. O princípio norteador deste argumento seria a questão da *justiça*. Segundo Habermas (1989), a moral surge de uma situação de conflito relacionado à ação. Isso quer dizer que o uso da moral da razão prática desperta em função de um problema da comunidade que deve ser discursivizado, ou seja, somente através de um agir comunicativo pode desenvolver-se. No contexto da história do negro brasileiro, este problema seria a questão dos anos de escravidão. Diante deste fato histórico, percebemos nos enunciados do discurso da *Raça Brasil* um questionamento do que seja moralmente certo, ou seja, uma reflexão de natureza moral. Vejamos um exemplo (ANEXO E):

*[...] em 1888 – ano da abolição – para 107 mil escravos registrados chegaram aqui 90 mil imigrantes da Europa custeados pelo estado brasileiro ocupando o lugar dos escravos, que foram despejados nas favelas e nas periferias das cidades onde seus descendentes permanecem até hoje sem indenização.*

No exemplo citado, percebemos que o orador utiliza um *fato* histórico, ou seja, a abolição da escravatura como ponto de partida da sua argumentação. Neste primeiro enunciado, o orador é bastante apelativo quando argumenta sobre a posição do negro na sociedade após a abolição. Nota-se também a presença de um discurso argumentativo no qual os valores se articulam no contexto de uma argumentação que privilegia determinada conclusão em função da ideia que se deseja enfatizar ou deve prevalecer como verdadeira. Em contraposição ao branco, a argumentação da condição social do negro é direcionada para uma realidade na qual a história da escravidão mantém vínculos com discursos ainda conservadores. Podemos, ainda, perceber que o orador denuncia a situação de descaso e desrespeito aos negros, na sociedade. Desse modo, temos a busca de um valor abstrato: *o respeito*.

Para o orador da *Raça Brasil*, o dia 13 de maio tem sua importância simbólica, mas é um exemplo de como a história pode ser usurpada porque,

*[...] mesmo desmistificada por muitos historiadores, a farsa da abolição da escravatura se configurou nos livros escolares, seja na omissão da luta que*

*desencadeou o ato oficial pondo fim ao escravismo, ou por encobrir, por exemplo, que em 1881, o governo já financiava a vinda de europeus ao país para substituir os negros escravizados. (ANEXO E)*

Neste segundo trecho, o orador também utiliza a abolição como ponto de partida da argumentação e faz entender que o *preferível*, o justo, é que a história do povo negro brasileiro fosse mostrada sem as distorções que garantem a supremacia de um determinado grupo. Temos, aqui, uma busca pela visibilidade e pela preservação da memória do povo negro através da verdadeira história. Vejamos mais um exemplo:

*[...] o Brasil, último país do mundo a abolir a escravatura, não aplicou nenhuma política de Estado para reparar os séculos de escravidão. (ANEXO J)*

O orador, através da revista *Raça Brasil* é o porta-voz do povo negro. Neste trecho, ele toma a palavra para denunciar a inércia do Estado frente à situação dos descendentes da escravidão.

A busca pelo resgate dos  *fatos* históricos está presente nesses trechos citados e em vários outros constituintes do nosso  *corpus*. Contudo, é preciso compreender que o escravismo, ou escravidão, é um  *fato* passado, que não pode ser negado e que, infelizmente, também não seria possível fazer uma retrospectiva na história a fim de repará-lo. Não se trata de desconsiderar ou minimizar o caráter brutal dessa prática, mas sim de compreender que a escravidão, antes que possa ser considerada um fato econômico, é, essencialmente, um fato cultural, ou seja, seus ranços ainda permanecem na nossa cultura.

É relevante lembrar que o propósito do discurso da *Raça Brasil* é dar visibilidade ao negro brasileiro e propor uma convivência democrática, na qual seja possível a realização dos direitos humanos incluindo a participação política do maior número de pessoas, sem distinção de raça. Para atenuar as desigualdades, o orador deixa clara a necessidade da conscientização e da participação efetiva do Estado. Entretanto, ao analisarmos o  *corpus* deste trabalho, percebemos que, em alguns momentos, o orador reconhece alguns pontos positivos nessa busca. Em outras palavras, a descrição de  *fatos* positivos a favor da população negra também está presente no acordo argumentativo do discurso da revista *Raça Brasil*. Esses  *fatos*,

no *corpus* analisado, geralmente fazem parte da estrutura argumentativa dos últimos parágrafos dos textos e mostram que, apesar das questões negativas expostas, é possível perceber que, graças à ação mais efetiva daqueles que se comprometem com a questão racial, a situação da população negra está mudando para melhor. Passemos a três análises que ilustram o que foi dito:

*[...] em meio a todas essas desigualdades, e depois de muitos protestos dos blocos afros, algumas ações dos governos têm procurado atenuar as disparidades.* (ANEXO B)

Ao contrário do que está exposto nos trechos anteriores, aqui, há o reconhecimento do Estado frente à questão da desigualdade social.

*Pelos resultados, o balanço realizado pelo Rio Branco mostrou que o investimento em bolsas para afrodescendentes foi positivo e negros na carreira diplomática brasileira já é uma realidade.* (ANEXO D)

Lembramos que essa realidade à qual o orador se refere é apresentada nas páginas de cada edição da revista *Raça Brasil*. Isto porque o negro representado na referida revista corresponde, entre outros aspectos, a uma pequena parcela dos afrodescendentes que conseguiram alcançar uma condição de vida melhor. Acreditamos que, com a intenção de persuadir esses prováveis consumidores que compõem a classe média formada por afrodescendentes, os produtores da revista *Raça Brasil* constroem uma representação com o propósito de que o leitor se identifique com exemplos de ascensão social do negro em diversos setores da sociedade.

*Enquanto isso, a sociedade, muito mais rápida que o Congresso, vai avançando. Hoje, no Brasil, mais de 70 universidades já contam com programas de Ação afirmativa, várias empresas, inclusive do setor bancário e multinacionais apostam nessas ações, todas as pesquisas apontam que a maioria do povo brasileiro é a favor das cotas, talvez porque este mesmo povo saiba que as elites no país podem não ser negras, mas a maioria da população é mesmo afrodescendente.* (ANEXO A)

Neste trecho, o orador reconhece que as chances de o negro cursar uma universidade estão aumentando, graças à adoção do programa de Ação Afirmativa

em diversas instituições de ensino. Isto representa, para o orador, uma mudança no ideário racista e conservador da sociedade, ao contrário do que ocorre na bancada ruralista do Congresso.

Perelman (1996, p. 97) entende por “lugares da quantidade os lugares-comuns que afirmam que alguma coisa é melhor do que outra por razões quantitativas”. Desse modo, baseando-nos nas palavras de Perelman, podemos pensar que, neste último exemplo, o orador coloca a sociedade em posição hierarquicamente superior ao Congresso por razões quantitativas quando diz que “a maioria do povo brasileiro é a favor das cotas”. Neste caso, é atribuído um valor positivo para a sociedade e negativo para o Congresso, o que seria admitir que o primeiro elemento é democrático, enquanto que o segundo não. É exatamente no vértice desse “ângulo social” que compreenderemos a ética discursiva, pois a contraposição entre valores socialmente situados se estabelece no interior da consciência social, do sujeito que se constrói como um *ethos* ético no conjunto do discurso e não, inversamente, de um sujeito que se estabelece na própria constituição material e literal do discurso.

No imaginário social, o negro é deformado pela irracionalidade da escravidão. Isto porque, ao longo da história, a crença na existência de raças superiores foi utilizada para justificar a escravidão. Porém, é preciso que haja uma reflexão sobre esse modo de pensar que, em hipótese nenhuma, justifica o racismo que ainda persiste até os dias atuais. Esta proposta de uma nova visão do negro brasileiro somente pode ser viabilizada através de um discurso ético. E é exatamente esta a proposta da revista *Raça Brasil: romper com o ranço do negro subalterno e propor a igualdade de direitos para todos, independentemente da cor de pele.*

Conforme já explicitamos, a revista *Raça Brasil* não tem como objetivo principal constituir-se em um fórum de cobrança para os reparos deixados pelo período histórico da escravidão, mas sim dar visibilidade ao negro e sugerir uma democracia racial. O emprego de um discurso democrático circunscrito na referida revista desemboca na questão da ética do discurso proposta por Habermas, já que é nos processos discursivos e argumentativos que se esclarecem a noção de moral e a sua relação com a *justiça* e com o bem coletivo. No entender de Habermas (2004, p. 295),



[...] a interpretação da “justiça” reinante a cada vez determina a perspectiva a partir da qual se avaliará a cada vez os modos de ações, indagando se “são igualmente boas para todos”. Pois só então tais práticas merecem o reconhecimento geral e podem assumir um caráter obrigatório para os destinatários. Com base em tal compreensão de fundo, os conflitos entre “partes” opostas podem ser eliminados mediante razões que convençam ambos os lados, ou seja, podem ser eliminados “imparcialmente”, no sentido literal do termo.

O eixo do raciocínio ético consiste no fato de as argumentações, condicionadas pelas pretensões de validade, serem passíveis de uma fundamentação, isto é, de uma fundamentação moral no curso do processo de socialização. Desse modo, será a força do melhor argumento que definirá a resolução de questões prático-morais discursivamente resgatáveis via pretensão de validade normativa, capaz de, assim, estipular normas morais válidas universalmente.

Além do uso da moral da razão prática, percebemos também que a predominância discursiva dos enunciados da referida revista abrange o senso comum retórico, pois acreditamos que o orador utiliza este objeto de acordo, os  *fatos*, como um recurso para tornar persuasivo o seu discurso.

No *Tratado da argumentação: a nova retórica*, Perelman (1996, p. 77) esclarece que “designar-se-ão por  *verdades* sistemas mais complexos, relativos a ligações entre  *fatos*, que se trate de teorias científicas ou de concepções filosóficas ou religiosas que transcendem a experiência”. As  *verdades* são similares aos  *fatos*, porque ambos se valem de acordo universal, porém devem ser utilizadas como objetos de acordo distintos. Os  *fatos* referem-se a acontecimentos limitados enquanto as  *verdades* se referem às enunciações (teorias).

As  *presunções*, embora não sejam tão seguras quanto os  *fatos* e as  *verdades*, fornecem bases suficientes para se conseguir uma convicção razoável. As  *presunções* dependem de uma norma de referência. Essas normas são determinadas pelo auditório universal. Assim, as  *presunções* se associam àquilo que se produz normalmente ao senso comum. Tanto os  *fatos* como as  *verdades* e  *presunções* lidam com a realidade e servem como pontos iniciais para a argumentação. Mas, assim como há semelhanças, também há diferenças entre eles: as  *presunções* diferem dos  *fatos* e  *verdades* porque podem ser violadas, já os  *fatos*

e *verdades* não. Nesse sentido, podemos dizer que as *presunções* podem ser relativas porque, por natureza, estão sujeitas a serem reforçadas.

A adesão de uma audiência também é determinada pelo uso dos *valores*. Na argumentação, os *valores* funcionam como importantes objetos de acordo entre o orador e o auditório na formulação das premissas, pois aqueles que partilham um conjunto de *valores* comuns se colocam mais receptivos às teses defendidas pelo orador. Os *valores*, tanto concretos (os entes vivos, as instituições, grupos determinados, etc.) como abstratos (a fidelidade, a lealdade, a franqueza, a bondade, entre outros), assim como as *hierarquias* e os *lugares do preferível* não almejam a adesão do auditório universal, ou seja, são tipos de acordos que não se impõem a todas as pessoas e a todos os grupos. Perelman (1996, p. 84) nos esclarece, a respeito dos *valores*:

Estar de acordo acerca de um valor é admitir que um objeto, um ser ou um ideal deve exercer sobre a ação e as disposições à ação uma influência determinada, que se pode alegar numa argumentação, sem se considerar, porém, que esse ponto de vista se impõe a todos. A existência dos valores, como objetos de acordo que possibilitam uma comunhão sobre os modos particulares de agir, é vinculada à ideia de multiplicidade dos grupos.

As palavras de Perelman (1996) deixam claro que os *valores*, como objetos de acordo, não se impõem a todas as pessoas ou grupos, isto é, a um auditório universal. Porém, alguns *valores* podem ser tratados como *fatos* ou *verdades*. Isso pode ocorrer quando estamos tratando de *valores* universais ou absolutos, tais como o “*verdadeiro*”, o “*belo*”, o “*bem*”, etc. A pretensão desses *valores* ao acordo universal é válida enquanto eles mantêm sua generalidade. A partir do momento em que tentamos precisá-los, o que passaremos a ter é a adesão dos auditórios particulares. É por manterem o *status* de *vagos* que os *valores* se aproximam dos *fatos*, conforme Perelman (1996, p. 85):

É, portanto, na medida em que são vagos que esses valores se apresentam como universais e pretendem um estatuto semelhante ao dos fatos. Na medida em que são precisos, apresentam-se simplesmente como conformes às aspirações de certos grupos particulares. Seu papel é, pois, justificar escolhas sobre as quais não há acordo unânime, inserindo essas escolhas numa espécie de contexto vazio, mas sobre o qual reina um acordo mais amplo.

Diante do discurso emancipador da revista *Raça Brasil*, podemos constatar que o orador utiliza argumentos que se fundam em determinados valores como a *democracia*, a *igualdade*, o *respeito* e a *justiça*, por exemplo. Esse tipo de acordo aparece com frequência nas construções argumentativas que falam sobre a posição no negro na sociedade. Para ilustrar o que foi dito, vejamos alguns trechos:

*[...] do ponto de vista humano, a resposta que nós, afrodescendentes, demos a este país que nos escravizou, violentou e nada nos pagou foi fantástica! Combatemos a discriminação com diálogo e integração, com a não-violência, com organização e trabalho. Saímos do nada – de uma aposta da elite racista de que em 100 anos sumiríamos da face do Brasil – para nos orgulharmos de ser o maior país negro fora da África, e que ainda há de ser a maior democracia racial do planeta. (ANEXO I)*

No trecho acima, o orador recorre ao discurso da superação para dizer que, apesar do descaso do Estado brasileiro para com o negro depois da abolição da escravatura, a resposta que os afrodescendentes deram ao país foi de coragem, honestidade e superação. Segundo Perelman (1996, p. 327-328),

os argumentos da superação insistem na possibilidade de ir sempre mais longe num certo sentido, sem que entreveja um limite nessa direção, e isso com um crescimento contínuo de valor. [...] o que vale não é realizar certo objetivo, alcançar certa etapa, mas continuar, superar, transcender, no sentido indicado por dois ou vários pontos de referência. O importante não é o objetivo bem definido: cada situação serve, ao contrário, de ponto de referência e de trampolim que permitem prosseguir indefinidamente numa certa direção.

Nas palavras do orador, é possível perceber também o sentimento de indignação e a busca de um *valor* abstrato: o *respeito*. Lembramos que a *Raça Brasil*, desde a primeira edição, trabalha no sentido de promover a visibilidade do negro incorporando uma representação do espaço social como um espaço em que é possível a ascensão social para a população afrodescendente, desde que sejam adotadas políticas de igualdade e de direitos que busquem contribuir para um maior equilíbrio social do Estado. Vejamos um trecho que ilustra essa afirmação:

*[...] o projeto republicano para os negros foi o de jogá-los nas ruas na condição de salve-se quem puder e financiar a vinda de europeus como operários da nova*

*economia que se formava, ocupando as vagas deixadas pelos escravos e contribuindo para o projeto intitulado de “embranquecimento” da nação. (ANEXO J)*

Quando o orador diz “jogá-los nas ruas na condição de salve-se quem puder”, ele está, explicitamente, adotando uma postura de questionamento diante do descaso e do desrespeito para com os antigos negros escravos libertados. Através da argumentação do orador, somos levados a crer que negros e brancos sempre articularam de forma desequilibrada nas teias das relações socioculturais ou político-econômicas, antes e após a abolição. O citado projeto do “embranquecimento da nação” sugere uma hierarquia de desigualdade entre negros e brancos, sendo os primeiros povos inferiores e os últimos superiores. Acreditamos que o tom rancoroso manifestado neste trecho está relacionado com essa imagem histórica do negro construída social e culturalmente. Nesse sentido, a memória seria a responsável pela invisibilidade ou a representação pautada no estereótipo negativo. Vejamos mais um trecho:

*[...] nesses 121 anos da falsa lei Áurea (uma vez que é inconcebível pensar em liberdade sem educação e sem dinheiro) vários foram os momentos em que o País pode fazer um acerto de contas conosco, incluindo-nos em um projeto de distribuição de riqueza decente. (ANEXO J)*

A expressão entre parênteses chama a atenção para um *valor*: o da *igualdade*. Do ponto de vista do orador, há uma situação de desigualdade econômica e social entre os brancos e os negros, o que faz com que estes últimos ainda continuem na situação de excluídos. Segundo ele, os negros somente estarão, de fato, livres quando se fizer *justiça*, pois

*Toda vez que a chance aparece a história se repete: somos excluídos do processo e os primeiros a arcar com os prejuízos. (ANEXO J)*

Para Perelman (1996, p. 90),

a argumentação se esteia não só nos valores, abstratos e concretos, mas também nas hierarquias, tais como a superioridade dos homens sobre os animais, dos deuses sobre os homens [...] As hierarquias admitidas se apresentam praticamente sob dois aspectos característicos: ao lado das hierarquias concretas, como a que expressa a superioridade dos homens sobre os animais, há hierarquias abstratas, como a que expressa a superioridade do justo sobre o útil.

Perelman (1996, p. 90) explica ainda que “um mesmo princípio abstrato, cuja explicação é repetível, pode estabelecer o conjunto da hierarquia: por exemplo, a anterioridade, o fato de gerar, de conter, pode constituir o critério da hierarquização”. No discurso da *Raça Brasil*, há vários momentos em que o orador utiliza a hierarquia como ponto de partida para a sua argumentação. Vejamos dois exemplos em que o orador se vale dessa estratégia:

*Em um país onde a cultura negra é patente, estando presente em todos os aspectos, como música, culinária, religião, artes visuais, moda, dança..., torna-se praticamente impossível pensar no Brasil sem reportar sua influência. (ANEXO B)*

*Das grandes escolas de sambas, concentradas principalmente no eixo Rio-São Paulo, a maioria não é mais comandada por famílias negras como no passado, quando o carnaval não era um negócio lucrativo dos milhões de dólares dos dias atuais. (ANEXO B)*

Nos trechos citados, o orador estabelece uma hierarquia que valoriza a anterioridade. Segundo ele, os negros são os criadores das festas carnavalescas. Este argumento é invocado para fazer entender a superioridade, a valorização do negro e justificar a precedência sobre os que chegaram depois, ou seja, os brancos.

Outro ponto a ser considerado nestes trechos diz respeito a uma maior valorização da rentabilidade sobre a justiça social que coloca em posição hierarquicamente superior os valores da competitividade acima dos valores democráticos.

Os dados objetivos, como as estatísticas, também fazem parte dos recursos persuasivos da *Raça Brasil*. Em termos de estrutura, essa estratégia é mais recorrente nos primeiros parágrafos dos textos analisados no nosso *corpus*. Observemos um exemplo:

*A cultura, em um mundo globalizado de hoje, é setor estratégico em vários países. Prova disso são os relatórios do Banco Mundial indicando que 7% do PIB do planeta provêm deste produto. A América Latina e a África, apesar da diversidade cultural que possuem, não somam 4% da movimentação desse mercado em que apenas 5*

*países controlam 60% de toda a produção. Somente as empresas de Hollywood possuem 80% das salas de cinema de todo o planeta. (ANEXO B)*

Neste trecho, percebemos que o orador se mostra como um profissional que acompanha os  *fatos* e coloca os dados à disposição do seu interlocutor, na intenção de que a sua tese se torne mais verdadeira. Os  *fatos* e os dados presentes nos enunciados são estratégias argumentativas que ele utiliza para explicitar a questão, sustentar a sua tese e levar o interlocutor a refletir sobre a necessidade da construção de uma democracia racial.

O discurso que propomos analisar sugere uma democracia racial, mas argumentada em uma relação opositiva que se configura em “inclusão” e “exclusão”. Koselleck (2006, p. 195) define essa relação opositiva como conceitos antitéticos assimétricos, que, nas palavras do autor,

determinam uma posição seguindo critérios tais que a posição adversária, deles resultante, só pode ser recusada. Nisto reside sua eficácia política, mas ao mesmo tempo também a dificuldade para serem aplicados ao conhecimento científico.

Os pares antitéticos conceituados por Koselleck são construídos nesta relação de “inclusão/exclusão” ou “negação/afirmação” que no discurso da revista *Raça Brasil* podem ser exemplificados nas palavras “negro” e “branco” que também fazem alusão ao “pobre” e ao “rico”, ao “excluído” e ao “privilegiado”. Dessa forma, apelando-se para a visibilidade do povo negro e a sua valorização histórica, constrói-se, ao longo do discurso da revista *Raça Brasil*, um sentido positivo para os afrodescendentes negando os atributos do outro, “branco”. Vejamos alguns exemplos que ilustram este cenário:

*Difícilmente encontraremos uma pessoa negra neste país que não tenha passado pelo constrangimento diante dos colegas em sala de aula ao ouvir a história de uma linda e generosa princesa branca, chamada Isabel, que livrou os negros da escravidão. (ANEXO E)*

*Nas escolas pouco se fala de revoltas como a dos malês ou Búzios – também conhecida como Inconfidência Baiana – que tiveram lideranças negras enforcadas e esquartejadas em praça pública porque lutavam contra a escravidão. Porém*

*reverenciamos todos os anos o herói branco Tiradentes e seus companheiros inconfidentes, que não tinham entre suas reivindicações o fim da escravidão.*  
(ANEXO E)

*Com quase 30 anos de governos democráticos no Brasil, nossa situação em relação ao poder político se assemelha à mesma 25 anos atrás, como uma diferença: nossos “companheiros” brancos avançaram e hoje estão no poder. Enquanto nós, em alguns aspectos, até retrocedemos.* (ANEXO G)

Nestes trechos, temos uma polarização negativo/positivo, inclusão/exclusão, negação/afirmação entre negros e brancos no Brasil. Em outras palavras, no entender do orador, desde a abolição, há uma exclusão do negro na história e na sociedade, o que nos leva ao princípio da democracia, isto é, à construção comunitária de uma consciência ética viabilizada via discurso. Assim, através do discurso da revista *Raça Brasil*, a luta antirracista, ou seja, as aspirações da comunidade negra, assume uma dimensão pública, ganham voz e buscam canais institucionais para se legitimar.

É importante considerar também a preocupação do orador quanto às distorções que o registro da história do povo negro tem sofrido ao longo dos tempos. Segundo ele, a narrativa histórica construída pelo branco é um mito, uma ficção. Porém, paralelamente a essa ficção existe um fato, que é a verdadeira história do negro brasileiro. Então, no entender do orador, a verdadeira história do povo negro deve ser contada por homens e não por figuras de ficção.

Nas palavras de Koselleck (2006, p. 196),

com o passar do tempo, evidentemente, os pares concretos de conceitos modificam sua qualidade e seus defeitos. Os espaços da experiência se deslocam, revelando novos horizontes de expectativas. As possibilidades lingüísticas aumentam ou caem em desuso, os velhos significados empalidecem ou são enriquecidos, de modo que, no emprego dos conceitos antitéticos, a seqüência cronológica é irreversível.

Ainda com relação à análise dos trechos anteriores e de acordo com as palavras de Koselleck, podemos também pensar que os *valores*, ou seja, a bondade, a

honestidade e a coragem que foram atribuídos ao branco, isto é, à princesa Isabel, segundo o orador, deveriam ser, de fato, direcionados para os negros.

Chamamos a atenção para lembrar que a argumentação da revista *Raça Brasil* é construída tendo em mente um auditório presumido, com a intenção de influenciá-lo. Dessa forma, a argumentação da referida revista será baseada nos valores considerados relevantes pelo público afrodescendente, como a *igualdade*, o *respeito* e a *justiça*. Esses valores são universais ou absolutos<sup>19</sup>. Desse modo, o orador constrói o seu discurso baseado em acordos próprios dos seus partidários ou do auditório.

Convencidos de que o objetivo da argumentação é a obtenção da adesão, ratificamos a relevante atenção que deve ser dada ao auditório, quando estamos trabalhando com discursos predominantemente argumentativos. Passemos, então, a tratar, especificamente, da questão do auditório, em nosso *corpus*.

---

<sup>19</sup> Pensamento similar encontramos em Perelman ao associar o conceito de “noção” ao de valor. Ele nos diz: “Na prática argumentativa, valemo-nos, portanto, de uma série de noções que não são e não podem ser formalizadas, e isto por razões que vão além daquilo a que se poderia chamar uma inadequação da linguagem ao pensamento”. (PERELMAN, Chaïm. *As noções e a argumentação. Retóricas*. São Paulo: Martins Fontes, 1999. p. 110.)



## 5 AUDITÓRIO E POLIFONIA

### 5.1 O auditório do discurso antirracista da revista *Raça Brasil*

Tendo analisado os pontos de partida da argumentação do nosso *corpus*, passemos agora ao reconhecimento do “auditório”, em conformidade com a visão de Perelman.

A teoria da argumentação de Perelman (1996) afirma que apenas há argumentação no campo em que há liberdade de adesão. Perelman esclarece que, para que haja argumentação, é necessário que seja estabelecido o “contato entre os espíritos”, ou seja, o contato entre o orador e seu auditório. Dessa forma, é essencial para o êxito da argumentação que o orador preocupe-se com as técnicas discursivas que permitem provocar ou aumentar a adesão dos espíritos às teses que lhes são apresentadas. É em função de um auditório que qualquer argumentação se desenvolve.

Construir uma definição do que seja um auditório universal na concepção de Perelman (1996) não é tarefa simples, mas poderíamos dizer que se trata de um auditório abstrato, uma construção mental do orador constituída pelo conjunto de todos os indivíduos entendidos como seres racionais. Segundo Maingueneau e Charaudeau (2008, p. 158), “o auditório é constituído pelo conjunto dos ouvintes, pessoas fisicamente presentes e alvos da intenção persuasiva, que organizam explicitamente a intervenção do orador, e, por extensão, do conjunto de destinatários potenciais de seu discurso”. Nesta dissertação, concordamos com a definição desses autores quando falam de auditório como o conjunto de destinatários potenciais do discurso, mas discordamos quando tratam o auditório como um conjunto de ouvintes fisicamente presentes. Em função disso, preferimos a definição proposta por Perelman (1996, p. 22), que define “auditório” como sendo o “conjunto daqueles que o orador quer influenciar com sua argumentação”. Cada orador pensa, mais ou menos consciente, naqueles que procura persuadir e que constituem o auditório ao qual se dirigem seus discursos. Nas palavras de Perelman (1996, p. 27),

“é de fato ao auditório que cabe o papel principal para determinar a qualidade da argumentação e o comportamento dos oradores”.

O estudo do auditório é de extrema importância, pois, se o orador quer influenciá-lo, deve adaptar-se a ele e, conseqüentemente, a cultura desse auditório irá transparecer através do discurso a ele destinado. Assim, o discurso antirracista por nós analisado refletirá as crenças, os posicionamentos e as aspirações da comunidade negra. Conseqüentemente, também as questões morais e éticas do auditório estarão presentes no discurso a ele dirigido.

Tendo em vista a importância do auditório na argumentação, vamos apresentar as três espécies de auditório, com o objetivo de identificarmos o tipo de auditório com o qual nos deparamos em nosso *corpus*. Perelman (1996) admite e reconhece três tipos de auditórios:

I.o auditório universal;

II.a argumentação perante um único ouvinte; e

III.o indivíduo que delibera consigo mesmo.

Com relação à noção complexa de auditório universal, poderíamos dizer que são fracos os argumentos que só são aceitos por auditórios particulares e fortes aqueles que são aceitos pelo auditório universal.

A adesão de um auditório universal a uma determinada tese é uma questão de aceitabilidade ou não. Essa ideia nos permite traçar uma aproximação com o conceito estabelecido por Habermas (2003) de racionalidade e de espaço público argumentativo: “conjunto das pessoas privadas fazendo uso público da razão”.

A partir da noção de auditório universal, Perelman (1996) faz a distinção entre o *convencimento* e a *persuasão*. Segundo o filósofo, os auditórios têm um papel normativo na qualidade da argumentação e no comportamento dos oradores. Sendo os auditórios de uma variedade infinita, temos também infinitos tipos de argumentação. Perelman estabelece que o melhor argumento é aquele que é aceito pelo melhor auditório, ou seja, o auditório universal. Assim, ele propõe chamar de “persuasiva uma argumentação que pretende valer só para um auditório particular e

chamar convincente àquela que deveria obter a adesão de todo ser racional” (PERELMAN, 1996, p. 30).

O discurso argumentativo que caracteriza o campo do retórico é aquele que visa a satisfazer condições ideais para a comunicação. Esta também é a ideia de Habermas, que pretende satisfazer essa exigência a partir da reconstrução das condições universais de simetria. Habermas (2003) sustenta a tese da possibilidade de uma situação ideal de fala onde todos os seres racionais seriam participantes. Para Habermas, Perelman teria sido o primeiro a utilizar a expressão “auditório universal” justamente como uma construção ideal de fala.

A argumentação perante um único ouvinte só tem significado filosófico se ela pretende ser válida a um auditório universal. Nesse caso, espera-se que o indivíduo escolhido para o diálogo heurístico<sup>20</sup> disponha dos mesmos recursos de raciocínio que os outros membros do auditório universal. A adesão do interlocutor aconteceria através do diálogo, de uma discussão (busca honesta e sem preconceitos da melhor solução de um problema controvertido) e não em um debate (onde as convicções estabelecidas e opostas são defendidas por seus respectivos partidários). Os filósofos da antiguidade consideravam este tipo de argumentação superior, pois proclamavam a primazia da dialética sobre a retórica.

Mas o fato de um “ouvinte único” ser a encarnação do auditório universal nem sempre se dá de maneira efetiva. Esclarecendo melhor, quando o interlocutor é considerado uma amostra de todo um grupo, esse “ouvinte único” será a encarnação de um auditório particular. A escolha do ouvinte único vai refletir o modo como o orador vê o grupo do qual este indivíduo faz parte. O destinatário individualizado do discurso midiático impresso, por exemplo, pode ser considerado a encarnação de um determinado auditório particular.

No caso do orador do nosso *corpus*, podemos dizer o que ele pensa no auditório que deseja persuadir, que são os leitores da revista *Raça Brasil*. Então, poderíamos

---

<sup>20</sup> Perelman (1996, p. 43) analisa dois casos extremos de diálogo: o heurístico, em que o interlocutor é uma encarnação do auditório universal e o erístico, que teria, por sua vez, a meta de dominar o adversário. O autor chama a atenção para o fato de que ambos são apenas casos excepcionais; no diálogo habitual, os participantes tendem, pura e simplesmente, a persuadir seu auditório com o intuito de determinar uma ação imediata ou futura.

dizer que cada leitor da *Raça Brasil* é um “ouvinte único”, o que nos autoriza considerá-lo como a encarnação de um auditório particular.

Quanto ao indivíduo que delibera consigo mesmo, é considerado um modelo dialógico da relação ao interlocutor como auditório, isto é, uma encarnação do auditório universal. Esse indivíduo, dotado de razão, possui uma convicção íntima, um convencimento próprio e não precisaria convencer ninguém, uma vez que não há a preocupação em defender uma tese, mas em reunir todos os argumentos que favoreçam a sua certeza.

Em relação ao nosso *corpus*, devemos lembrar que a argumentação é construída nele, tendo em vista o auditório presumido, com o intuito de influenciá-lo. Dessa forma, para influenciar esse auditório, o orador deve adaptar-se a ele, conviver, manter relações sociais, e, conseqüentemente, o seu discurso irá refletir os posicionamentos, as crenças e as expectativas desse auditório ao qual o discurso é dirigido, que, no nosso caso, é o público negro.

Perelman (1996) esclarece que, se o orador faz parte do mesmo meio daqueles a quem quer persuadir, o “contato entre os espíritos” fica mais fácil. Na nossa pesquisa, percebemos que o orador da revista *Raça Brasil*, ao defender uma democracia racial, coloca-se também na condição de igualdade daqueles que ele defende. Este fato nos leva a retomar a questão dos *valores*, neste caso, o da solidariedade:

*E qual a contrapartida econômica que esta contribuição tem dado a nós negros?*  
(ANEXO B)

Atestamos, neste fragmento, que a utilização do pronome “nós” é significativa para a imagem do orador, pois o coloca como pertencente ao mesmo meio daqueles a quem quer persuadir. Com este procedimento, o orador pretende mostrar que, antes de ser um jornalista, é também um cidadão negro solidário à luta contra o preconceito e à exclusão que os afrodescendentes ainda sofrem no Brasil. O mesmo acontece neste trecho:

*[...] nas áreas estratégicas de poder econômico, nós – que somos quase a metade dos contribuintes do País – não temos assento.* (ANEXO D)

Em vários momentos do discurso da revista *Raça Brasil* percebemos a indignação do orador quanto ao descaso da sociedade com a comunidade negra. Entretanto, salientamos que a questão crucial colocada no discurso por nós analisado não é a cobrança de uma dívida histórica para com os descendentes de escravos, mas sim a desigualdade de oportunidades sociais nas quais negros e brancos são expostos no presente. Por isso, em alguns momentos, o discurso da *Raça Brasil* mostra-se bastante apelativo quando fala sobre a posição do negro na sociedade, sempre marcada por questões negativas.

No entanto, como já dissemos, Maurício Pestana, orador que se faz presente no discurso da seção “Opinião de Raça” da revista *Raça Brasil*, é porta-voz de uma coletividade. Em outras palavras, ele representa as aspirações da comunidade negra. Então, sendo do discurso por nós analisado uma voz social dentro de um conjunto de vozes sociais, propomos, aqui, um raciocínio através do qual relacionamos o conceito de auditório ao de polifonia.

## 5.2 A polifonia

Estreitamente ligada ao dialogismo e também utilizada como estratégia argumentativa, outra noção bakhtiniana importante é a polifonia<sup>21</sup>, que nos leva a perceber a impossibilidade de contar com as palavras como se fossem signos neutros, transparentes, já que elas são afetadas pelos conflitos históricos e sociais que vivenciam os falantes de uma língua e, por isso, permanecem impregnadas de suas vozes, de seus valores, de seus desejos. Assim, a polifonia se refere às outras vozes que condicionam o discurso do sujeito.

O termo polifonia, conforme Ducrot (1987), é empregado para caracterizar um texto que deixa entrever muitas vozes, por oposição aos textos monofônicos, que escondem os diálogos que os constituem. A monofonia e a polifonia são efeitos de

---

<sup>21</sup> O conceito de polifonia foi introduzido inicialmente por Bakhtin (2002) para caracterizar o romance de Dostoievski.

sentido decorrentes de procedimentos discursivos que se utilizam em textos dialógicos.

A questão polifônica também pode ser apreendida no conceito de Ação Comunicativa proposto por Habermas. Segundo ele, a Ação Comunicativa, baseada no entendimento, refere-se a situações restritas, pois será o reconhecimento das pretensões de validade dos enunciados linguísticos que estipula a referência para o que é dito. Assim, os processos discursivos de entendimento linguístico estão inseridos em um contexto social mais amplo, relativo a diversas instâncias sociais, sendo que uma delas pode ser tematizada nas interações recíprocas entre falantes. Neste contexto, os conteúdos normativos, universalmente reconhecidos, são colocados em discussão no contexto das enunciações polifônicas, ou seja, a polifonia permite mostrar as diversas vozes sociais que enunciam uma razão discursiva.

Segundo Focas (2010), “a polifonia amplifica a voz e o discurso do sujeito ético que se posiciona ante os conflitos sociais e neles *mostra* um dizer que só pode amplificar no nível público do discurso, o *ethos* ético”. Este último é o ser ético, interlocutor de uma ética do discurso que está encarnada em cada sujeito falante.

Ao falarmos de *ethos* ético, no capítulo anterior, ressaltamos a sua equivalência ao ser onipresente no discurso que discursiviza sua realidade e seu mundo por um ponto de vista coletivo, daí se extraindo suas considerações enquanto “o ponto de perspectiva” de vozes polifônicas. Aqui, retomamos essa discussão tendo em vista que o orador do discurso da revista *Raça Brasil* pode ser considerado o porta-voz de uma classe discriminada: os negros brasileiros. Os porta-vozes da opinião são aqueles que exercem uma função interpretativa em relação à opinião. Os jornalistas, por exemplo, são os responsáveis tanto por transmitir aos governantes (“fazer conhecer”) os anseios do povo, suas reações, quanto por informar ao público (“fazer compreender”) sobre a significação e as razões das condutas políticas. Entretanto, o porta-voz somente se constitui através do reconhecimento do seu discurso pelo receptor, ou seja, seu discurso tem de ser delegado e autorizado. Na nossa dissertação, podemos dizer que Maurício Pestana, orador do *corpus* aqui analisado, é um porta-voz autorizado que consegue agir com palavras em relação a outros

agentes. Desse modo, ele se torna responsável pela veiculação da opinião de uma determinada comunidade.

Segundo Landowski (1992, p. 40), “a opinião pública não é apenas uma figura da história que se conta, ela tem ligação direta com os sujeitos da comunicação em busca da sua própria identidade”. A opinião pública tem relação com o sujeito enunciante, aquele que se qualifica como locutor autorizado, instaurando-se convencionalmente como porta-voz da opinião. Landowski (1992, p. 26) confere à competência discursiva a principal característica que permite opor a “opinião” e seus “porta-vozes” ao “público”. Para ele,

enquanto a opinião, e com maior razão, os seus porta-vozes são “sujeitos falantes”, o público, simples instância receptora, encontra-se desqualificado enquanto emissor, não podendo as diversidades das vozes individuais de que ele se compõe produzir senão, uma espécie de rumor inarticulado.

Transpondo o pensamento de Landowski para a questão por nós analisada – a questão racial –, poderíamos pensar que, na realidade, nada proíbe os cidadãos negros de exercerem uma competência discursiva própria não se limitando ao papel de espectador passivo. Porém, nenhuma ação individual é palpável, pois é necessária uma competência discursiva para a obtenção de vantagens expositivas e argumentativas. Referimo-nos aos porta-vozes da opinião, ao locutor autorizado, tanto falando em nome da opinião, como tratando doutamente da opinião. Nessa perspectiva, a competência enunciativa de que os “porta-vozes” podem se prevalecter autoriza múltiplas estratégias; a utilização do sistema informativo de massa (*mass media*) é uma delas. Segundo Herrero (2002, p. 343),

da mesma forma quanto ao repertório dos indivíduos. Se os sujeitos, posições, relações e acontecimentos da política não forem, pelas intervenções técnico-profissionais dos *mass media*, transformados em habitantes do mundo-media a política não conseguirá, exceto para um círculo reduzido de indivíduos, fornecer repertórios que municiem cognitivamente as formas de comunicação e sociabilidade contemporânea.

De fato, a mídia costuma ser um lugar privilegiado na criação das opiniões. Isto porque a mídia tem uma relevância social e um poder de influência sem precedentes no exercício de julgamento e na motivação e orientação das ações politicamente

relevantes dos indivíduos. Nesse sentido, podemos dizer que o *mundo-media* invade o mundo da vida<sup>22</sup>.

A revista *Raça Brasil* também exerce um meio de visibilidade pública onde se apresentam as posições em disputa. Mas é também, ao mesmo tempo, um fórum ou espaço que acolhe os sujeitos de interesses numa situação interativa argumentativamente mediada. Entretanto, nessa situação argumentativa são mantidas duas condições fundamentais: discussão e discursividade. Na discussão é que devem ser aplicados os parâmetros de normas reguladoras das interações para que os conflitos sejam resolvidos discursivamente, ou seja, através de uma ética interativa.

A comunhão dos princípios éticos nos remete à comunidade ideal de comunicação (ética discursiva), à tomada de decisões através de consensos constituídos argumentativamente, livres de coerção e violência. É neste quadro que se insere o *ethos* ético e polifônico, porque faz ecoar a voz ética do discurso social, de uma comunidade ilimitada de comunicação. Nesse caso, a polifonia consiste na manifestação de vozes que, na unicidade de cada sujeito falante, compõe uma imagem das vozes sociais. Isso equivale dizer que, no nosso *corpus*, o sujeito do discurso é também um sujeito do discurso coletivo, comprometido com uma verdade intercambiante no processo de interlocução. Sobre a constituição polifônica do discurso, Herrero (2002, p. 60) contribui com a seguinte discussão:

Então o discurso, mesmo o realizado por um sujeito solitário, é uma forma pública do pensar, porque ao argumentar com pretensões de validade, o sujeito do discurso é referido, na resolução argumentativa dessas pretensões, à comunidade de argumentação a princípio ilimitada. Assim todo pensar só pode reivindicar validade porque ele já tem uma estrutura discursiva, i.é., ele levanta a pretensão de poder defender o conteúdo pensado com boas razões diante de si mesmo e de todo possível contra-argumentante. Reivindicar validade significa, pois levantar pretensões que só podem ser satisfeitas por razões válidas intersubjetivamente.

Concordamos com Herrero quando ele trata o sujeito do discurso como um sujeito de uma coletividade, portador de uma forma pública de pensar, porque é sob este viés que analisamos o orador do discurso da revista *Raça Brasil*. Partimos do fato de que Maurício Pestana, o nosso “sujeito falante”, apesar da sua individualidade, é

---

<sup>22</sup> O mundo da vida representa as dimensões culturais e linguísticas da sociedade, organizada pelas interações comunicativas e consensuais.



porta-voz de uma coletividade, e, por isso, polifônico. Em outras palavras, é o ser ético do discurso, aquele que profere convicções acerca da realidade, comungando princípios éticos universais. Desse modo, podemos dizer que o discurso analisado nesta pesquisa é polifônico porque representa uma forma pública do pensar circunscrita em princípios éticos.

### 5.3 O *ethos* e a ética no discurso da revista *Raça Brasil*

A noção de *ethos* nos permite refletir sobre o processo de adesão dos sujeitos, o que também nos remonta às teorias argumentativas de Perelman (1996). Para ele, “toda argumentação se desenvolve em função do auditório ao qual ela se dirige e ao qual o orador é obrigado a se adaptar” (PERELMAN, 1996, p. 21). Sendo assim, o auditório é sempre uma construção do orador. Porém, a interação entre orador e seu auditório se efetua necessariamente pela imagem que fazem um do outro. É nessa relação de adaptação do orador ao auditório que estão visíveis as marcas do *ethos* na Nova Retórica de Perelman.

Ao propor a distinção entre sujeito enunciador e sujeito empírico, Ducrot (1987) retoma a noção de *ethos* no âmbito da teoria polifônica, postulando que o personagem que fala é o locutor<sup>23</sup>, e não o indivíduo em si, que está relacionado ao *ethos*. Para Ducrot (1987), embora o *ethos* esteja associado ao locutor, aquele é distinto dos atributos reais que este possui.

Ainda falando de polifonia sob a perspectiva ducrotiana, podemos dizer que, muitas vezes, identificamos no discurso da revista *Raça Brasil* o fenômeno da dupla enunciação, ou seja, em um mesmo enunciado podemos identificar mais de um locutor. Vejamos um exemplo:

---

<sup>23</sup> Utilizamos o termo “locutor” quando estamos nos referindo às teorias de Ducrot, e “orador” quando fazemos referência aos postulados teóricos de Perelman.

*Porém, reverenciamos todos os anos o herói branco Tiradentes e seus companheiros, que não tinham entre suas reivindicações o fim da escravidão.*  
(ANEXO E)

Aqui identificamos o fenômeno da dupla enunciação: de um lado, temos o locutor L1, que fala em nome dos negros e se identifica com eles, e, do outro lado, temos o locutor L2, que veicula o preconceito de forma explícita. Podemos dizer que ambos os locutores buscam o acordo de seus auditórios, sendo que L1 busca o acordo particular da minoria negra, denunciando o preconceito, e L2 fala representando a voz do “outro” preconceituoso.

Dominique Maingueneau (1997), em seu livro *Novas Tendências em Análise do Discurso*, utiliza conceitos de Ducrot no que diz respeito à heterogeneidade enunciativa, sem, contudo, deixar de alertar que essa não é a única abordagem linguística que considera os fatos de polifonia. Mas é Authier-Revuz (1982) que propõe utilizar o termo “heterogeneidade” como forma de distinguir a presença do outro e oferece uma diferenciação que merece ser destacada:

- a) A heterogeneidade constitutiva do discurso, que não é marcada em superfície, mas que a AD pode definir, formulando hipóteses através do interdiscurso.
- b) A heterogeneidade mostrada que indica a presença do outro no discurso do locutor. Este tipo de heterogeneidade se desdobra em duas modalidades: a marcada, da ordem da enunciação e visível na materialidade linguística (o discurso relatado direto e o discurso relatado indireto, as formas de conotação autonímica: por meio de aspas, de itálico, de entonações específicas, de comentário, de glosa, de ajustamento, etc.) e a não marcada, identificável no nível do pré-consciente, com base na intertextualidade.

A heterogeneidade marcada tem presença constante nos enunciados da *Raça Brasil*. Tomemos um exemplo:

*[...] e mirando para todas as câmeras com seus mais diferenciados olhares bradou: “Vossa excelência é que me respeite! Valeu Zumbi, valeu Joaquim!”* (ANEXO F)

As formas não marcadas são reconhecidas por seus efeitos polifônicos (discurso indireto livre, ironia, alusão, imitação, pastiche, paródia, etc.). No fragmento seguinte mostraremos como o orador do nosso objeto de estudo faz uso da intertextualidade explícita e completa fazendo uma apreciação que exprime um juízo de valor negativo:

*[...] diante do tamanho da desigualdade que nos dias de hoje mudaria os versos do poeta Vinícius de Moraes para: Se o samba nasceu lá na Bahia e se hoje ele é branco na poesia, ele é branco demais, também na divisão dos lucros. (ANEXO B)*

Conforme já explicado anteriormente, a polifonia é um complexo de vozes sociais, das quais há um locutor que, ao mesmo tempo em que afirma algo L (enquanto tal), concomitantemente, julga ou avalia a pertinência das argumentações ou dos discursos sociais. Nesses termos, poderíamos defini-lo como “sujeito da consciência”, o locutor  $\lambda$  (enquanto ser no mundo). É partindo desse ponto, de um locutor que se manifesta nessas duas dimensões, que podemos falar da ética do discurso ou do *ethos* ético. Interessante notarmos, nesse caso, a voz polifônica do autor dos artigos, melhor dizendo, a do locutor  $\lambda$  (enquanto ser no mundo) que aparece como um sujeito ético. A nosso ver, portanto, aqui se encaixa o pensamento de Habermas, pois é exatamente nesse vértice entre os discursos práticos (os locutores L), nos casos estratégicos, e as vozes que circulam e julgam moralmente os discursos que se constitui a ética discursiva.

O ponto de vista do orador consiste no julgamento dos discursos vigentes quanto à questão da discriminação social. Pode-se considerá-los como discursos práticos, estratégicos, retomados pela voz do orador que aparece como uma voz que julga racionalmente, através das argumentações, a validade e a fundamentação ética desses discursos práticos, portanto, locutor  $\lambda$  (enquanto ser no mundo), ou o *ethos* ético.

Aqui, retomamos a questão dos valores de Perelman e de suas hierarquias no sentido de que eles estabelecem pretensões de validade moralmente estipuladas. Os valores constituem exatamente a colocação em causa, em julgamento da questão moral prioritária, não presentes nos discursos práticos ou estratégicos. Esse fato fica claro no nosso *corpus* quando se examina os últimos parágrafos dos artigos. Isto

porque, ao falar da discriminação, em um primeiro momento, o orador sempre se utiliza de dados objetivos, fatos, estatísticas, etc. Em um segundo momento, ele é bastante apelativo quando fala sobre a posição do negro na sociedade, sempre marcada por questões negativas. No entanto, nos últimos parágrafos dos textos, o orador sempre coloca um fato positivo a favor dos negros, para mostrar que a sociedade já apresenta mudanças quanto à questão racial. Sendo assim, podemos dizer que o orador hierarquiza valores ao falar da discriminação em seu discurso, pois escolhe finalizar com fatos positivos, o que, em certo sentido, ameniza o teor contundente do texto. Vejamos alguns trechos de um mesmo texto do nosso *corpus* que apresentam essa situação:

- I. *O final de 2008 marcou a luta pela igualdade entre brancos e negros no Brasil. O histórico desta luta se caracterizou pelo posicionamento dos que sempre estiveram contra qualquer tipo de reparação em relação a nós negros, personificados nos dias atuais na bancada ruralista do Congresso.*
- II. *Se por um lado foi triste descobrirmos o tamanho e a força dos adversários, por outro, pela primeira vez em nossa história após a abolição, podemos identificar, por nomes e sobrenomes, os contrários aos avanços do negro no Brasil, como Demétrio Magnoli, Ivone Maggie, [...], nomes estranhos para o palavreado brasileiro (certamente nenhum deles descendentes de negros).*
- III. *Enquanto isso, a sociedade, muito mais rápida que o Congresso, vai avançando. Hoje, no Brasil, mais de 70 universidades já contam com programas de ação afirmativa, várias empresas, inclusive do setor bancário e multinacionais, apostam nessas ações [...].*

Os trechos acima fazem parte do texto intitulado “Nomes e Sobrenomes” (ANEXO A), no qual o locutor argumenta sobre a aprovação da lei que cria cotas nas universidades federais e escolas técnicas. Como dissemos, temos aqui um locutor – “sujeito da consciência” ou “*ethos* ético” – que julga racionalmente a pertinência das argumentações ou dos discursos sociais, que, nesse caso, é a aprovação das cotas. Podemos dizer que o referido locutor é porta-voz de uma coletividade, em outros termos, é uma voz social dentro de um conjunto de vozes sociais.

Nesse aspecto, a distinção entre o locutor L, o locutor enquanto tal e o locutor  $\lambda$ , enquanto ser no mundo, estabelece o ser do discurso enquanto o indivíduo dotado de uma consciência coletiva. O enunciado transforma-se, então, no vetor de vozes sociais que nele reverberam por intermédio da enunciação. A polifonia vem, portanto, moldar, segundo Focas (2011), o lugar de uma teorização do *ethos* ético, originário do *ethos* performativo.

A performatividade estabelece, assim, o momento de credenciamento de um *ethos* que não mais se configura no empirismo do sujeito falante, nem na imagem que ele constrói de si mesmo. O *ethos* ético equivale, portanto, ao ser onipresente no discurso que discursiviza sua realidade e seu mundo por um ponto de vista coletivo, daí se extraindo suas considerações enquanto “o ponto de perspectiva” de vozes polifônicas.

Como adendo à nossa reflexão, citamos Apel (1994) que teoriza a noção de “comunidade ilimitada de comunicação”. Segundo esse filósofo, o princípio da ética do discurso envolve o conceito de uma ilimitada comunidade de comunicação integrada a uma “pragmática transcendental<sup>24</sup> da linguagem” na qual o processo de interlocução esteja, desde sempre, fundamentado como condições de fala virtualizadas pelas condições de validade das argumentações e dos discursos. Esta fundamentação normativa do discurso impõe o pressuposto de que as condições normativas de validade das argumentações estejam virtualmente asseguradas nos processos de interlocução, consensualmente estabelecidos. Sob este ângulo de visão, o postulado transcendental baseado no pressuposto *verdade-consenso-comunicação* erige o sujeito pensante ao patamar do coletivo e do público, destituído de sua fundamentação ontológica, concebidos como argumentantes virtuais ou como sujeitos da argumentação lógica. Desse modo, a razão discursiva integra-se ao pressuposto de moral comunicativa, fundamentada em um discurso racional, embasado na pragmática do consenso linguístico.

---

<sup>24</sup> Habermas explica o conceito de “transcendental” da seguinte forma: “Kant chama transcendental a uma investigação que assinala e analisa as condições a priori da possibilidade da experiência. A idéia subjacente é clara: que junto ao conhecimento empírico que se refere ao objeto da experiência, deve haver um conhecimento transcendental que se ocupa dos conceitos de objetos em geral, que antecedem a experiência.” (HABERMAS, J. *Teoría de La Acción Comunicativa: complementos y estudios previos*. Madrid, Cátedra, 1989, p. 320)

Assim, a comunidade de discurso que engloba todos os seres humanos é governada por normas morais de validade intersubjetivas que sustentam a fundamentação moral<sup>25</sup>. Portanto, quem argumenta almeja que as pretensões de validade levantadas sejam reconhecidas na esfera da comunidade de comunicação, constituindo, desse modo, as condições transcendentais das possibilidades de linguagem. A este respeito Apel (1994, p. 145) afirma:

quem argumenta reconhece implicitamente todas as possíveis *pretensões* de todos os membros da comunidade de comunicação, que podem ser justificadas por argumentos racionais (caso contrário, a pretensão da argumentação se auto-limitaria tematicamente). Ao mesmo tempo, ele (o argumentante) se obriga a justificar por argumentos todas as pretensões pessoais referentes a outras pessoas.

Desse modo, as normas morais estão dependentes da dimensão universal do entendimento linguístico, visto que o que se coloca em questão é o fato da aplicação de uma norma não se resumir a uma determinada situação concreta, ou ao entendimento da norma como procedural, formal, mas sim na esfera pragmática do discurso. Em outras palavras, a norma moral deve, inevitavelmente, estar inserida no mundo da interlocução onde a assunção da moralidade encontra-se circunscrita à esfera pública do discurso argumentativo. Por este ponto de vista, a comunidade de linguagem é universal e ilimitada, daí o fato de que a condição moral do discurso transcende a limitação de normas morais particulares a determinados grupos de indivíduos.

Partindo deste pressuposto, Apel (1994) denomina como “comunidade ilimitada de comunicação” ou ainda “comunidade crítica de comunicação” na qual os interlocutores, no processo de interação discursiva, estabelecem regras de sentido, de veracidade e de justificação que condicionam o aspecto ético das argumentações em relação aos interlocutores do diálogo ou da argumentação. Desse modo, o processo de interlocução pressupõe a justificação transcendental dos interesses e

---

<sup>25</sup> Similar ao que postula Apel é o conceito de “auditório universal”, em Perelman, citado por Reboul (1998): “o auditório universal tem a característica de nunca ser real, de não estar, portanto, submetido às condições sociais ou psicológicas do meio próximo, de ser, antes, ideal, um produto da imaginação do autor.” [...] “de fato, criamos um modelo do homem – encarnação da razão, da ciência particular que nos preocupa ou da filosofia – que procuramos convencer, e que varia com o nosso conhecimento dos outros homens, das outras civilizações, dos outros sistemas de pensamento, como o que admitimos ser fatos indiscutíveis ou verdades objetivas”. (REBOUL, Olivier. *Introdução à retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 1998)

necessidades da comunidade ilimitada de comunicação que se manifesta em uma ética discursiva.

No que tange a esta questão, Apel (1994) confirma o *a priori* da argumentação como o meio válido para se justificar as ações morais, suas pretensões de validade e, assim, fundamentar uma ética normativa, implícita em uma comunidade de comunicação. Nestes termos, a argumentação moral erige-se como virtualmente sintonizada com as necessidades humanas, portanto, essencial na formação da vontade coletiva e pública, resultando no que o autor denomina como uma “ética da comunicação”. O arcabouço teórico para semelhante postulado consiste na determinação de que a “ética da comunicação” baseia-se em fundamentos idealizados capazes de direcionar a orientação do agir moral para o princípio dialético, pois quem argumenta pressupõe de imediato dois fatos: a existência de uma “comunidade de comunicação real”, entendida como o processo de socialização e sua circunstância histórica, bem como uma “comunidade de comunicação ideal” na qual se articulam argumentos consensuais baseados em uma norma fundamental ética.

Provavelmente, a intenção, ao delimitar estas duas instâncias da comunidade de comunicação, seja a de se demarcar o escopo da moral relativamente ao da ética, reivindicada como sendo primordialmente discursiva. Assim, a comunidade de comunicação real é relativa ao senso comum, semelhante a uma *doxa* aristotélica, constituindo, portanto, o campo de uma retórica pragmática. Já a comunidade de comunicação ideal consiste em um princípio abstrato, uma ficção do pensador isolado, distante do senso comum, do público real.

O *a priori* dialético explica-se, então, como um princípio de fundamentação da ética da comunicação que, partindo de especificidades de cunho moral, o *ideal* e abstrato da comunidade de comunicação ideal, institui, simultaneamente, instâncias da realidade, em suas dimensões históricas e sociais, articuladas a um mundo racional moral real, ou seja, ao princípio dialético de uma ética da comunicação que se expressa exatamente neste vértice “desesperador e ao mesmo tempo esperançoso” e no qual o ideal discursiviza-se no âmbito do real, simultaneamente como uma ética discursiva. Com isto, delimita-se de forma clara a fundamentação da moral, circunscrita a uma comunidade de comunicação ideal, dialeticamente integrada a

uma comunidade de comunicação real, como forma de vida racionalmente socializada que se repercute na ética do discurso enquanto eco de princípios morais agora resgatáveis nos processos argumentativos. Daí explica-se o caráter dialético de uma contradição inevitável.

Desse modo, o *a priori* da ética da comunicação insere-se na realização da comunidade de comunicação ideal (moral) que se integra à comunidade de comunicação real em diversas formas de existência sociais, agora discursivizadas como éticas no contexto do mundo em que se vive, referenciada agora como uma “ética de responsabilidade”.

Retomando a noção de *ethos*, podemos dizer que, na Análise do Discurso, no campo retórico, a diversificação do *ethos* tem sido explorada em razão dos tipos e gêneros do discurso, isto é, explora-se o conceito circunscrito em um determinado contexto. Desse modo, o *ethos* se individualiza, pois é marcado pelas características desse gênero.

Entretanto, é importante lembrar que o lugar que engendra o *ethos* é o discurso. Isto quer dizer que o *ethos* está vinculado ao exercício da palavra, é uma noção discursiva e não o indivíduo real, empírico. Assim, podemos considerar que *ethos* é *logos* e não há dissociação entre essas noções. De modo semelhante, o locutor L e o locutor  $\lambda$ , em Ducrot, perfazem essa associação.

No *corpus* desta dissertação, o *ethos* pode ser considerado peça essencialmente argumentativa, pois, além de possuir uma imagem credenciada, possui uma força *ilocucional*<sup>26</sup> nos seus atos de fala com o poder de executar ações *performativas*<sup>27</sup>. No entanto, salientamos que essa performatividade ecoa a voz ética do discurso social, o que nos faz pensar em um *ethos* ético.

O *ethos* performativo circunscreve-se ao sujeito da 1ª pessoa do singular, é o ser do discurso, aquele que profere convicções acerca da realidade. No nosso caso, o orador assume a tarefa, diante de seu auditório, de porta-voz das aspirações de uma

---

<sup>26</sup> A força traduz o que realizamos com o ato: a ilocução é a forma como locutor e alocutário se interagem no ato, o que revela um meio de intervenção na realidade.

<sup>27</sup> Realização de atividades específicas, executadas por pessoas adequadas, credenciadas à execução dessas atividades, em circunstâncias adequadas para essa realização, visando a um efeito específico.



determinada coletividade. Assim, o sujeito do discurso de *Raça Brasil* pode ser considerado um “eu” que corresponde a uma voz social dentro de um conjunto de vozes sociais que buscam a construção comunitária de uma consciência ética que deve estar presente em todos os discursos, ou seja, um *ethos* ético. O *ethos* ético é, então, o *logos* intermediador das questões que devem ser relativizadas.

Habermas (1989) expressa essa ideia ao estabelecer que a individualização processa-se via interação coletiva mediada através de “uma intersubjetividade socializante”. Nesses termos, o filósofo entende que “a pessoa só constitui um centro de interioridade na medida em que se expõe simultaneamente às relações interpessoais construídas sobre uma base comunicativa.”<sup>28</sup>

Sob essa perspectiva, poderemos reivindicar uma outra concepção para teorizar a noção de *ethos*, não mais circunscrita ao empirismo de um orador que se manifesta como o sujeito do discurso. Ser sujeito, para nós, equivale a se situar em uma dimensão na qual a interação socializante constitui o próprio cerne da subjetividade que não pode desvincular-se da esfera ética do discurso. Segundo Habermas (1989), as questões éticas, embora particularizadas nos indivíduos, impõem-se como fator de socialização na qual, ao reivindicar direitos, o mesmo é extensivo aos direitos da coletividade a que o indivíduo pertence.

Aqui retomamos a discussão anterior a respeito da questão da Ação Comunicativa habermasiana, cujos vínculos estão entrelaçados no discurso argumentativo do nosso *corpus*. O conceito do agir comunicativo de Habermas corresponde às ações orientadas para o entendimento mútuo, em que os interlocutores inserem-se em um processo circular de comunicação, sendo, ao mesmo tempo, produto dos processos de socialização resultantes do entendimento mútuo e consensual.

No modelo de Ação Comunicativa, alcançar entendimento mútuo através da linguagem é também considerado um mecanismo para coordenar ação entre os indivíduos e, portanto, para a integração social. O mecanismo de coordenação de ação é um processo discursivo de alcançar um entendimento mútuo. É através dessa forma reflexiva do agir comunicativo que se dá a racionalização da sociedade.

---

<sup>28</sup> *Comentários à ética do discurso*. Lisboa: Instituto Piaget, 2000. p. 19.

As questões práticas, como a racial, por exemplo, são passíveis de argumentação racional, como faz o orador da *Raça Brasil* através de um discurso ético.

O *corpus* analisado neste trabalho apresenta um discurso que se estriba no ajuizamento pelo indivíduo que expressa seu vínculo com a condição ética, através de um *ethos* performativo materializado no *ethos* ético que questiona e expressa um ponto de vista moral. Trazemos um exemplo de como isso se concretiza no discurso da *Raça Brasil*:

*[...] o racismo institucional é das formas mais cruéis que existe, uma vez que ganha corpo, força e aparato de uma determinada instituição, muitas vezes até da própria Justiça. Embora perceptível e incontestado, é quase sempre justificável por quem o pratica, porque conta com o espírito de corpo e com a cumplicidade de um grupo organizado na sociedade. Em nosso País, são vários os exemplos públicos e privados nos quais somos discriminados institucionalmente e o mais assustador é a naturalidade com que este problema é encarado. (ANEXO D)*

O trecho apresentado retrata exatamente o ajuizamento do orador acerca do racismo institucional. O racismo institucional é questionado por engendrar um conjunto de arranjos institucionais que restringem a participação de um determinado grupo racial, como, por exemplo, a comunidade negra no Brasil. Desse modo, temos um “eu” pensante, isto é, um *ethos* ético que ecoa um ponto de vista ético compartilhado com todos os indivíduos ou por uma comunidade ideal de comunicação.

Porém, o orador vai se constituir não somente através das palavras, mas também das circunstâncias nas quais elas são empregadas. Em outros termos, é necessária a adequação da situação discursiva do proferimento dos enunciados às condições específicas que a garantem.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através deste trabalho, buscamos identificar, no discurso antirracista da revista *Raça Brasil*, as principais estratégias discursivas e argumentativas utilizadas pelo autor na construção dos enunciados. Neste trabalho, entendemos que essas estratégias visam à construção de um discurso persuasivo empregado com a finalidade de promover e divulgar os valores e a cultura dos negros.

Ao analisarmos o discurso antirracista da revista *Raça Brasil*, percebemos que há um movimento no sentido de trabalhar a visibilidade do negro despertando uma consciência para a igualdade de direitos entre brancos e negros na sociedade. Concluimos que a revista pode ser compreendida como uma estratégia de ver o negro com um novo olhar e despertar uma consciência ética entre seus leitores, levando-os a uma reflexão sobre sua cultura e sua posição na sociedade através de um discurso ético. Em síntese, a *Raça Brasil* veicula um discurso que busca resgatar valores universais, superar a mentalidade cultural racista e sintetizar as diferenças em igualdade.

Para tentar compreender o papel da imprensa negra no Brasil, cuja missão deveria ser a de desmistificar a imagem idealizada do escravo e da escravidão, forma perversa de mascarar a realidade e sua profunda ferida social, fizemos digressões históricas. Ao fazermos essas digressões, notamos que a formação de Quilombos foi primeira forma de resistência dos negros contra a condição de subjugado. Isto mostra também que a comunidade negra sempre lutou contra o preconceito. Mas, apesar de a militância negra ter desenvolvido algumas estratégias discursivas antirracistas, ainda não é possível afirmar que a luta do negro no Brasil tenha atingido a democracia racial.

Para falarmos sobre discurso, recorreremos a Maingueneau (2008) destacando apenas a noção na vertente linguística: Discurso e frase; Discurso e língua; Discurso e texto; e Discurso e enunciado. Esclarecidas essas noções, partimos para o discurso argumentativo. No nosso trabalho, interessou-nos o sistema retórico, em específico, as teorias argumentativas propostas por Chaïm Perelman e Lucie

Olbrechts-Tyteca na Nova Retórica. Como afirmamos, a Nova Retórica é uma releitura da retórica aristotélica e tem como pilar a análise dos aspectos particulares da argumentação, dando ênfase ao orador e ao auditório. Ciente de que o propósito da argumentação é mover um auditório, de acordo com as premissas que a audiência aceita, o principal interesse de Perelman era explicar, ou melhor, entender os processos argumentativos que levavam ao assentimento ou não desse auditório.

No processo de análise, o nosso estudo priorizou o exame dos acordos ou pontos de partida da argumentação no discurso antirracista da revista *Raça Brasil*. Esses acordos exprimem-se nas *premissas* da argumentação. Sem premissas acordadas, explícita ou implicitamente, não há argumentação possível, nem sequer comunicação. Abordamos principalmente os acordos referentes às categorias relativas aos valores, às hierarquias e aos lugares do preferível, pois estes tipos de acordo têm validade para grupos particulares. Acreditamos que, no nosso *corpus*, os valores intervêm como base de argumentação do desenvolvimento do discurso e podem motivar o auditório a fazer certas interpretações no lugar de outras.

Ao teorizarmos sobre a argumentação, priorizamos os postulados teóricos de Chaïm Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca, mas também buscamos ajuda na teoria da racionalidade comunicativa de Jürgen Habermas. Acreditamos que a teoria habermasiana apresenta uma contribuição significativa para análise de discursos sociais, uma vez que compreende a linguagem como *medium* fundamental da construção da intersubjetividade na comunicação, cuja unidade fundamental não é a proposição, mas o proferimento, ou seja, a proposição inserida no processo normal de interação linguística. Na formulação do pensamento habermasiano, está presente a noção de que o conhecimento se constitui a partir de um processo mútuo de compreensão, mediado linguisticamente. Por isso, ele tem como seu elemento estruturador não a postura de um sujeito manipulador do mundo e do “outro” da interação, mas a intersubjetividade dos que participam de uma relação discursiva.

Antes de começarmos a análise do *corpus*, apresentamos a noção de *ethos* proposta por Maingueneau. Para ele, o *ethos* “designa a imagem de si que o locutor constrói em seu discurso para exercer uma influência sobre seu alocutário”. Concordamos com o autor quando este adverte que o *ethos* diz respeito às virtudes morais do orador, as quais ele produz em seu discurso, e não de sua pessoa real.

No *corpus* desta pesquisa, o orador, além de ser ativista árduo do movimento negro, jornalista, publicitário e cartunista, é apresentado como presidente do Conselho Editorial da revista. Acreditamos que esses dados reforçam o seu *ethos* e colaboram para que ele obtenha a atenção daqueles que deseja persuadir.

Em seguida, tendo como respaldo teórico a Nova Retórica, partimos para a análise dos objetos de acordo ou pontos de partida da argumentação na revista *Raça Brasil*.

Em relação ao *corpus*, podemos dizer que apresenta um discurso que se estriba no ajuizamento pelo indivíduo que expressa seu vínculo com a condição ética, através de um *ethos* performativo materializado no *ethos* ético que questiona e expressa um ponto de vista moral. No nosso material de análise, consideramos o *ethos* uma peça essencialmente argumentativa, pois, além de possuir uma imagem credenciada, possui uma força *ilocucional* nos seus atos de fala com o poder de executar ações *performativas*.

Ao analisarmos o *corpus*, observamos as principais estratégias discursivas e argumentativas utilizadas pelo autor na construção dos enunciados da seção “Opinião de Raça”. Com relação aos valores, concluímos que uma consequência da utilização dos valores é o estabelecimento de hierarquias determinadas por esses valores. Isto porque o que mais nos chamou a atenção, na análise dos artigos, foi o fato de o orador hierarquizar valores ao falar da discriminação em seu discurso, pois escolhe finalizar com fatos positivos, o que em certo sentido, ameniza o teor contundente do texto. Em um primeiro momento, ou seja, nos primeiros parágrafos, ele sempre utiliza dados objetivos, fatos, estatísticas, etc. Em um segundo momento, é bastante apelativo quando fala sobre a posição do negro na sociedade, sempre marcada por questões negativas. Porém, nos últimos parágrafos dos artigos, o orador sempre coloca um fato positivo a favor dos negros, para mostrar que a sociedade já apresenta mudanças quanto à questão racial.

Os valores, como objetos de acordo, por não almejarem a adesão do auditório universal, não podem se impor a todos. Por outro lado, alguns valores podem ser tratados como fatos ou verdades. Esses são chamados valores absolutos e sua pretensão ao acordo universal é válida enquanto eles mantêm sua vagueza. No *corpus*, os valores mais recorrentes foram valores absolutos, ou universais, sendo

que esses, dentro de sua generalidade, almejam o acordo do auditório universal. São eles: *a igualdade e o respeito*. Esses valores, além de universais, são abstratos, o que os torna adequados às intenções do orador, ou seja, à argumentação no sentido de promover a busca pela igualdade de oportunidades entre negros e brancos na sociedade.

Quanto ao auditório do discurso antirracista, chegamos à conclusão de que se trata de um auditório presumido, ou seja, os negros brasileiros. Assim, concluímos tratar-se de um caso de auditório particular. Mas, por outro lado, percebemos também que não podemos dizer que o negro brasileiro seja o único que lê a revista, pois ela traz assuntos que podem interessar tanto ao público afrodescendente quanto ao branco.

Falando da polifonia, podemos dizer que Maurício Pestana, o nosso “sujeito falante”, apesar da sua individualidade, é porta-voz de uma coletividade, e, por isso, polifônico. Dito de outra forma, trata-se de um sujeito de uma coletividade, portador de uma forma pública de pensar, o ser ético do discurso, ou seja, aquele que profere convicções acerca da realidade, comungando princípios éticos universais. O que nos levou a concluir que o discurso por nós analisado é polifônico, porque representa uma forma pública do pensar circunscrita em princípios éticos.

O trabalho chega ao fim, mas não esgotando o assunto, pois esta dissertação aponta para um vasto campo de investigação. Como já mencionado no início desta dissertação, a pesquisa acadêmica pode constituir-se num espaço importante para discussão e análise dos argumentos formulados pelos ideólogos, cientistas e movimentos sociais engajados no combate à discriminação racial no Brasil. Assim, tendo em vista um tema tão rico e vasto como o discurso antirracista, esperamos que outros pesquisadores enveredem por esse mesmo caminho apresentando outras abordagens, por perspectivas diferentes, no campo da Análise do Discurso.

## REFERÊNCIAS

APEL, Karl-Otto. A situação do ser humano como um problema ético. In: **Estudos de moral moderna**. Petrópolis: Vozes, 1994.

ARISTÓTELES. **Organon V Tópicos**. Lisboa: Guimarães Editores Ltda, 1987.

\_\_\_\_\_. **Retórica**. Introdução de Manuel Alexandre JÚNIOR. Tradução do grego e notas de Manuel Alexandre JÚNIOR, Paulo Farmhouse ALBERTO e Abel do Nascimento PENA. Lisboa: INCM, 1998.

\_\_\_\_\_. **Retórica das Paixões**. Prefácio: Michel Meyer. Introdução, notas e tradução do grego: Isis Borges B. Da Fonseca. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

AUSTIN, John. L. **Quando dizer é fazer**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1962.

AUTHIER- REVUZ, J. Hétérogénéité montrée et Hétérogénéité constitutive: éléments pour une approche de L'autres dans le discours. **DRLAV – Revue de Linguistique**, n. 26, 1982, p. 91-151.

BAKHTIN, M. M.; VOLOCHINOV, V. N. (1981) **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1986. 196 p.

\_\_\_\_\_. **Problemas da poética de Dostoievski**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

BERTI, Enrico. **As razões de Aristóteles**. São Paulo: Edições Loyola, 1998. 191 p.

BRANDÃO, Helena Hathsue Nagamine. **Introdução à Análise do Discurso**. 2. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004. 122 p.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de Análise do Discurso**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

DUCROT, O. Esboço de uma teoria polifônica da enunciação. In: **O dizer e o dito**. Campinas: Pontes, 1987. 22 p.

FOCAS, J. D. A ética do discurso como uma virada linguística. **Revista Litteris**. Rio de Janeiro, n. 4, março, 2010.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e senzala**: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal. vol. 1. 8. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1954.

HABERMAS, Jürgen. Uma outra via para sair da filosofia do sujeito – Razão Comunicativa VS Razão centrada no sujeito. In: **O Discurso Filosófico da Modernidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1985. 441 p.

\_\_\_\_\_. **Teoría de la acción comunicativa I: Racionalidad de la acción y racionalización social.** Trad.: Manuel Jiménez Redondo. Madrid: Taurus, 1987.

\_\_\_\_\_. Para o uso pragmático, ético e moral da razão prática. In: **Estudos Avançados.** USP-SP, 1989, 4-19, set./dez.

\_\_\_\_\_. **Consciência moral e agir comunicativo.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

\_\_\_\_\_. **Comentários à Ética do Discurso.** Lisboa: Instituto Piaget, 2000.

\_\_\_\_\_. **Direito e democracia:** entre facticidade e validade. Trad. Flávio Beno Siebeneichler. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003. Vol. II.

\_\_\_\_\_. **Verdade e justificação:** ensaios políticos. São Paulo: Loyola, 2004.

HERRERO, F. J. Discurso na visão da pragmática transcendental. In: **Fundamentos e dimensões da análise do discurso.** Belo Horizonte, FALE/UFMG, 1999.

\_\_\_\_\_. **Ética do discurso:** novos desenvolvimentos e aplicações. São Paulo: F. Javier Herrero, 2002.

KAMEL, Ali. **Não somos racistas:** uma reação aos que querem nos transformar numa nação bicolor. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 2006.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado:** contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006. 195 p.

LANDOWSKI, Eric. **A sociedade refletida: ensaios de sociosemiótica.** São Paulo: EDUC/Pontes, 1992.

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em análise do discurso.** São Paulo: Pontes, 1997. 198 p.

\_\_\_\_\_. **Análise de Textos de Comunicação.** São Paulo: Cortez Editora, 2008. 238 p.

MOURA, Clóvis. **O negro.** De bom escravo a mau cidadão? Rio de Janeiro: Conquista, 1977.

\_\_\_\_\_. **Os Quilombos e a rebelião negra.** São Paulo: Editora Brasiliense S. A., 1981.

\_\_\_\_\_. **Brasil:** Raízes do protesto negro. São Paulo: Global Editora, 1983.

MUNANGA, Kabengele. **Estratégias e Políticas de Combate à Discriminação Racial.** São Paulo: EDUSP - Estação Ciência, 1996.

NABUCO, J. **Minha Formação.** São Paulo: Martin Claret, 2004.



OUTHWAITE, Willian; BOTTOMORE, Tom. (Ed.). **Dicionário do pensamento social do século XX**. Rio de Janeiro: Zahar, 1996. p. 372-373.

PÊCHEUX, M. Análise automática do Discurso. In: GADET; HAK (Org.). **Por uma análise automática do Discurso**. Uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Trad. Bras. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 1999.

PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da Argumentação - A nova retórica**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

PESTANA, Maurício. Nomes de sobrenomes. Opinião de Raça. **Revista Raça Brasil**. São Paulo: Editora Escala, Edição 128, 98 p. 2009.

\_\_\_\_\_. De um lado é este carnaval... Do outro, a fome total! Opinião de Raça. **Revista Raça Brasil**. São Paulo: Editora Escala, Edição 129, 98 p. 2009.

\_\_\_\_\_. Monoteísmo racial. Opinião de Raça. **Revista Raça Brasil**. São Paulo: Editora Escala, Edição 130, 98 p. 2009.

\_\_\_\_\_. Racismo institucional: quadro branco. Opinião de Raça. **Revista Raça Brasil**. São Paulo: Editora Escala, Edição 131, 98 p. 2009.

\_\_\_\_\_. Usurpação histórica. Opinião de Raça. **Revista Raça Brasil**. São Paulo: Editora Escala, Edição 132, 98 p. 2009.

\_\_\_\_\_. Apenas um olhar. Opinião de Raça. **Revista Raça Brasil**. São Paulo: Editora Escala, Edição 133, 82 p. 2009.

\_\_\_\_\_. Conselhos. Opinião de Raça. **Revista Raça Brasil**. São Paulo: Editora Escala, Edição 134, 82 p. 2009.

\_\_\_\_\_. Muito além do populismo: uma questão étnico-econômica. Opinião de Raça. **Revista Raça Brasil**. São Paulo: Editora Escala. Edição 135. 82 p. 2009.

\_\_\_\_\_. 120 anos de abolição, início do balanço. Opinião de Raça. **Revista Raça Brasil**. São Paulo: Editora Escala. Edição 136, ago. 82 p. 2009.

\_\_\_\_\_. O negro e o pré-sal. Opinião de Raça. **Revista Raça Brasil**. São Paulo: Editora Escala. Edição 137, nov. p.82. 2009.

PLANTIN, Christian. **A argumentação**. História, teorias, perspectivas. Trad.: Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2008. 149 p.

REBOUL, Olivier. **Introdução à retórica**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Linguística Geral**. São Paulo: Cultrix, 2004.

TOULMIN, S. O layout de argumentos. In: **Os usos do Argumento**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

VIEIRA, Vinícius Rodrigues. **Democracia racial, do discurso à realidade:** caminhos para a superação das desigualdades sociorraciais brasileiras. São Paulo: Paulus, 2008.

## ANEXOS

## ANEXO A - Revista Raça Brasil – edição 128

OPINIÃO DE RAÇA

MAURÍCIO PESTANA

## Nomes e Sobrenomes

O final de 2008 marcou a luta pela igualdade entre brancos e negros no Brasil. A Câmara Federal aprovou lei que cria cotas nas universidades federais e escolas técnicas. Principal reivindicação dos movimentos negros na atualidade.

O histórico desta luta se caracterizou pelo posicionamento dos que sempre estiveram contra qualquer tipo de reparação em relação a nós negros, como os antigos donos de escravos, personificados nos dias atuais na bancada ruralista do Congresso. Também se posicionaram contrários setores que antes se colocavam “neutros” e, em alguns momentos, até do nosso lado, caso da imprensa brasileira que, em bloco, durante o período das discussões, mostrou-se contrária às cotas. Para se ter uma idéia, na semana da aprovação na Câmara, os jornais O Globo, O Estado de São Paulo e Folha de S. Paulo trouxeram matérias questionando a medida, inclusive em editoriais.

Por último, intelectuais e políticos, que sempre utilizaram do nosso discurso e de nossa luta em projetos pessoais, na hora mais acirrada da luta se posicionaram avessos. Se por um lado foi triste, descobrirmos o tamanho e a força dos adversários, por outro, pela primeira vez em nossa história após a abolição, podemos identificar, por nomes e sobrenomes, os contrários aos avanços do negro no Brasil, como: **Demétrio Magnoli**, **Ivone Maggie**, **Peter Fry** e **Ali Kamel** e outros que assumiram publicamente suas posições, nomes estranhos para o palavrado brasileiro (certamente nenhum descendente de negros).

No parlamento, vários deputados como o condecorado com a medalha Zumbi dos Palmares, **Paulo Renato** (PSDB-SP), tiveram posições um tanto quanto decepcionantes. Ele foi o autor da mudança no texto que previa destinação de 50% das vagas no vestibular para alunos de escolas públicas, seguindo critérios de raça, ou seja, essas vagas seriam destinadas a estudantes negros, pardos e índios, de acordo com a proporção dessas populações em cada estado, com base no Censo 2000. “O deputado introduziu o ingrediente de renda, que, além de desorganizar todo o texto, colocou um condicionante. Os critérios de renda e raça já estavam contemplados no meu projeto original” declarou a senadora **Ideli Salvatti** (PT-SC).

Decepção maior causou o deputado **Aldo Rebelo** (PCdoB-SP) partido que tem uma das organizações mais combativas do movimento negro, a **UNEGRO**. Aldo, no dia 20 de novembro, em entrevista ao *Jornal Nacional*, utilizou o argumento preferido das elites contrárias às cotas ao dizer que “o problema só irá se resolver quando melhorar a qualidade da escola pública”. Enquanto isso, espere fora das universidades por, quem sabe, mais 120 anos!

Aprovadas ou não — uma vez que o projeto se encontra no Senado — as cotas no Brasil já deixaram o legado que foi obrigar setores e pessoas, que antes se escondiam atrás da falsa democracia racial brasileira, a se expor. Em um país onde pesquisas demonstram que 91% da população apontam a existência



FOTO MAQUÊL ESPRITO SANTO

Maurício Pestana é presidente do Conselho Editorial da RAÇA BRASIL. [pestana.raça@escala.com.br](mailto:pestana.raça@escala.com.br) [www.mauriciopestana.com.br](http://www.mauriciopestana.com.br)

do racismo e quase a mesma parcela declara que nunca discriminou, esses posicionamentos podem ser encarados como um avanço na luta contra um adversário antes invisível.

Enquanto isso, a sociedade, muito mais rápida que o Congresso, vai avançando. Hoje, no Brasil, mais de 70 universidades já contam com programas de Ação Afirmativa, várias empresas, inclusive do setor bancário e multinacionais, apostam nessas ações, todas as pesquisas apontam que a maioria do povo brasileiro é a favor das cotas, talvez porque este mesmo povo saiba que as elites no país podem não ser negras, mas a maioria da população é mesmo afro-descendente. ■



## ANEXO B - Revista Raça Brasil – Edição 129

OPINIÃO DE RAÇA

por MAURICIO PESTANA

## De um lado é este carnaval... Do outro, a fome total!

A cultura, em um mundo globalizado como o de hoje, é setor estratégico em vários países. Prova disso são os relatórios do Banco Mundial indicando que 7% do PIB do planeta provém deste produto. A América Latina e a África, apesar da diversidade cultural que possuem, não somam 4% da movimentação desse mercado em que apenas cinco países controlam 60% de toda a produção. Somente as empresas de Hollywood possuem 80% das salas de cinemas de todo o planeta.

No Brasil, segundo os últimos dados do IBGE, a indústria cultural conta com mais de 269 mil empresas e emprega 1,4 milhão de pessoas (sem contar a economia informal). Em um país onde a cultura negra é patente, estando presente em todos os aspectos, como música, culinária, religião, artes visuais, moda, dança..., torna-se praticamente impossível pensar no Brasil sem reportar à sua influência. E qual a contrapartida econômica que esta contribuição tem dado a nós negros?

Nas vésperas de realizar o maior evento cultural do país, o Carnaval, ressurgem a velha história: quando se trata de setores estratégicos e lucrativos, mesmo sendo nós os protagonistas da festa, não somos nós que levamos a maior parte do bolo.

Das grandes escolas de sambas, concentra-se principalmente no eixo Rio-São Paulo, a maioria não é mais comandada por famílias negras como no passado, quando o carnaval não era um negócio lucrativo dos milhões de dólares dos dias atuais. Se focalizarmos a cidade onde a cultura negra é soberana — onde mais de 80% de sua população é negra — o retrato será igualmente desolador e a

história se repete: os que mais lucram no carnaval de Salvador não são os negros.

Registrado no *Guinness Book* como a maior festa popular do mundo, o Carnaval soteropolitano, neste ano, tem investimentos astronômicos de empresas que vão de grandes cervejarias à telefonia móvel, passando pelas de cartões de crédito, entre outros gigantes financeiros.

A cobertura jornalística se fará em 180 países, através de 24 jornais (oito internacionais e 17 nacionais), 37 emissoras de televisão estrangeiras. Estima-se que mais de dois milhões de pessoas circularão durante a festa, (das quais 450 mil são turistas brasileiros e do exterior) gerando uma receita de US\$ 87.000.000, segundo as Secretarias de Cultura e Turismo da Bahia (Bahiatursa). Mas não são necessárias estatísticas para demonstrar a nítida desigualdade!

Quando observamos os setores que mais lucram como hotéis, agências de viagens, empresas aéreas e até os grandes blocos que desfilam no pomposo e branco Circuito Barra, a presença negra é inexistente. Quando se faz presente é nos serviços periféricos da economia como garçons, seguranças, cozinheiros e nos trabalhos braçais, nunca como empresários ou os que vão obter lucros volumosos com o negócio.

O protagonismo negro apresenta-se maciçamente na outra ponta da economia, a dos trabalhos informais, como corredeiros de blocos, ambulantes de acarajés, picolés, venda de coco na praia, catadores de latinhas... mostrando a verdadeira face do apartheid social e racial na principal cidade negra do país.

Em meio a todas essas desigualdades, e



FOTO RAQUEL ESPRITO SANTO

Mauricio Pestana é presidente do Conselho Editorial da RAÇA BRASIL  
pestana.raça@encalix.com.br www.mauriciopestana.com.br

depois de muitos protestos dos blocos afros, algumas ações do governo têm procurado atenuar as disparidades. Uma delas é o programa Ouro Negro que, no ano passado, distribuiu R\$ 3,7 milhões de reais como apoio a 106 blocos de matriz africana, que, sem esse auxílio, não teriam condições de sair às ruas.

Outra iniciativa tem sido o incentivo ao turismo étnico, visando alavancar negócios na comunidade negra, que ainda se mostram tímidas diante do tamanho da desigualdade que nos dias de hoje mudaria o verso do poeta Vinicius de Moraes para: "Se o samba nasceu lá na Bahia e se hoje ele é branco na poesia, ele é"... branco demais, também na divisão dos lucros.



## Monoteísmo racial

Há duas décadas, a Igreja Católica no Brasil dava um passo significativo no sentido de trabalhar a questão racial entre seus membros. Após pressão do movimento negro, que compareceu em massa a uma assembleia da Pastoral Operária, a CNBB viu-se obrigada a adotar em 1988 o slogan "Ouvi o Clamor desse Povo", tema da campanha da fraternidade no ano do centenário da abolição.

Nesses 20 anos, fé, religião e questão racial tornaram-se assuntos cada vez mais cruciais em nosso país. De um lado, a direção católica avançou no sentido de respeitar as manifestações culturais negras, adotando inclusive missas afro, criando a pastoral afro, solidificando em seu meio os Agentes Pastorais Negros (APNS) e deixando eclodir desse movimento lideranças altamente capacitadas como Dom José Maria Pires, Dom Gilio, Padre Antônio Aparecido da Silva, o Padre Toninho, Padre José Enes de Jesus, Frei David, e o já falecido Padre Batista. De outro, em seu comando, a invisibilidade negra permanece quase a mesma de 1960, quando se discutia em seu meio se a Igreja Católica deveria ou não adotar negros e negras nos seus quadros! Fato é que, dos 434 bispos brasileiros, apenas treze são negros, e entre os oito cardeais (com possibilidade de se tornar papa) nenhum é negro, repetindo a velha forma não representativa do racismo tupiniquim.

Ao mesmo tempo, os evangélicos com seus pastores e bispos negros se consolidaram cada vez mais como lideranças atuantes, embora com discurso frequentemente despolitizado e, por vezes, até reacionário na questão ra-

cial, uma vez que o ataque às religiões de matrizes africanas é comum nesse meio. Porém, em número, essa outra vertente do cristianismo tem superado os católicos. Os bispos e pastores evangélicos negros com sua representação simbólica de poder religioso são em maior número que os padres católicos negros que conta com pouco mais de 6,3% nascidos no Brasil. Só para ilustrar essa constatação: a única governadora negra que o país viu surgir, Benedita da Silva é evangélica. E São Paulo contou até recentemente com uma única vereadora negra, a também evangélica Claudete Alves, que teve uma atuação elogiável e bastante significativa na questão racial na Câmara Paulista.

Nessa onda de fé e raça, cresce de forma expressiva nas periferias das grandes cidades, em especial entre a juventude negra, o islamismo. Com forte discurso racial embasado também na formação política do hip-hop e do movimento negro, surge denunciando a violência policial, o racismo, e vem com a alocação de que o Islã é a única resposta para um projeto de extermínio da juventude negra em curso nas periferias. Com princípios rígidos e metas audaciosas, como visitar presídios para converter presos à religião de Alá, também pretende criar uma comunidade na periferia de São Paulo.

Estima-se que, nos últimos anos, centenas de jovens negros se converteram ao Islã.

As mesquitas e mussalas (locais de oração) quadruplicaram, saltaram de 32 no ano 2000, para 127, em 2008, e já se espalham por estados como Roraima, Amapá e Amazonas.

Ainda é cedo para dizer em que dará



Maurício Pestana é presidente do Conselho Editorial da RAÇA BRASIL. pestana.raça@escala.com.br www.mauriciopestana.com.br

esse caldeirão de fé, religião e questões raciais no Brasil, mas é certo que em qualquer lugar do mundo onde o racismo e a exclusão reinam será sempre terreno fértil para que a fé e a religião floresçam com força, e como alternativa para manter os cidadãos de pé, acreditando que o paraíso é possível, aqui ou em outra dimensão.

A grande questão é: até quando religião e diferenças raciais cada vez mais gritantes responderão de forma tão harmoniosa a desigualdades seculares? Até que ponto a fé, acostumada a suprir a alma, poderá suprir o corpo cada vez mais sedento de "JUSTIÇA", palavra usada na campanha da fraternidade da CNBB deste ano? ■



## ANEXO D - Revista Raça Brasil – Edição 131

OPINIÃO DE RAÇA

por MAURICIO PESTANA\*

## Racismo institucional: quadro branco

**A** luta por igualdade e contra todo tipo de discriminação e exclusão no Brasil tem contornos acentuados e incontestáveis, quando se dão no campo da institucionalidade. O racismo institucional é das formas mais cruéis que existe, uma vez que ganha corpo, força e aparato de uma determinada instituição, muitas vezes até da própria "Justiça". Embora perceptível e incontestado, é quase sempre justificável por quem o pratica, porque conta com o espírito de corpo e com a cumplicidade de um grupo organizado na sociedade. Em nosso País, são vários os exemplos públicos e privados nos quais somos discriminados institucionalmente e o mais assustador é a naturalidade com que este problema é encarado.

Quando a exclusão se dá em instituições privadas, pouco se tem a fazer, além do boicote. Se percebermos que determinada marca ou produto nos exclui, ou nos apresenta de forma desrespeitosa em seus anúncios, não existe motivos para consumirmos aquele produto. Foi através de boicotes que os afro americanos conquistaram respeito de diversas instituições privadas nos Estados Unidos. A grande questão é quando o problema se apresenta na esfera pública. Neste caso, ao sermos excluídos ou discriminados, quem de direito deveria nos proteger destes abusos?

O Estado brasileiro está repleto de exemplos nítidos de racismo institucional, desde o tratamento diferenciado de pacientes negros na área da saúde — prática já comprovada em pesquisas — até indicações de pessoas para o preenchimento de vagas no primeiro escalão dos governos. Como exemplo termos e Estado de São Paulo, o mais

**“Na esfera Federal, nunca foi nomeado no Brasil um ministro da Fazenda, um presidente de Banco Central ou um dos membros do Comitê de Política Econômica (COPOM) que fosse negro”**

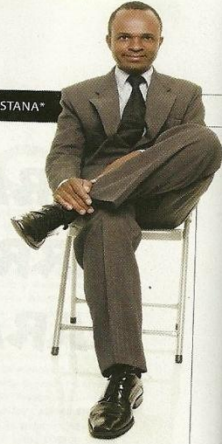
importante do País do ponto de vista econômico que, em seu primeiro escalão, conta com 25 secretários. Nenhum deles é negro. O mesmo pode-se dizer da administração do recém empossado prefeito da capital paulista, Gilberto Kassab, que tem 26 secretários como seus auxiliares diretos e, mais uma vez, nenhum negro.

Na esfera Federal, nunca foi nomeado no Brasil um ministro da Fazenda, um presidente de Banco Central ou um dos membros do Comitê de Política Econômica (COPOM) que fosse negro. Também não temos um presidente de empresa estatal afro. Ou seja, nas áreas estratégicas de poder econômico, nós — que somos quase a metade dos contribuintes do País — não temos assento. E a normalidade com que isso é tratado beira a insanidade. Tentando mudar esse “Quadro Branco”, com a obrigação de cumprir protocolos assinados na Conferência Contra o Racismo da ONU, em Durban/África do Sul /2002, foi criado há alguns anos

o Programa Nacional de Ações Afirmativas, destinado a promover a Diversidade étnica na Administração Federal.

O balanço de uma das instituições envolvidas na ação foi demonstrado nos últimos dias, sem alarde, na imprensa. Trata-se do programa de cotas do Instituto Rio Branco, passagem obrigatória para quem deseja ingressar na carreira diplomática. Antes, é bom lembrar que o Brasil tem relações diplomáticas com mais de cem países em todo o planeta. Até hoje, porém, só tivemos um embaixador negro, o já falecido Raimundo de Souza Dantas. Ou seja, a cara do Brasil no mundo, nas novelas da TV e também na diplomacia continua sendo branca!

Pelos resultados, o balanço realizado pelo Rio Branco mostrou que o investimento em bolsas para afro descendentes foi positivo e negros na carreira diplomática brasileira já é uma realidade. Os números ainda são tímidos: 11 aprovados em um programa que já dura 6 anos e que contou com investimentos já contabilizados em mais de R\$1 milhão. Mas, sem dúvida, é uma esperança de que um dia “nossa cara” para o mundo possa refletir a diversidade do nosso povo. Para que não fiquemos atrás de países como Inglaterra e Estados Unidos, nações que têm uma população negra infinitamente menor que a do nosso Brasil — maior País negro fora da África — e que segue sem contar sequer com um embaixador negro. Nem mesmo no Continente Africano!





## ANEXO E - Revista Raça Brasil – Edição 132

OPINIÃO DE RAÇA

por MAURÍCIO PESTANA\*

# Usurpação histórica

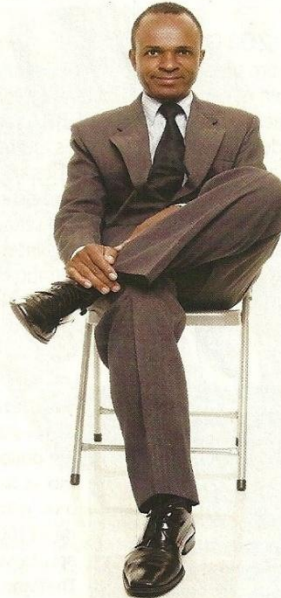
Desde o início de minha atuação na questão racial, sempre ouço a indagação: o que é mais importante: 20 de novembro ou 13 de maio? Digo que as duas datas têm a mesma importância simbólica e política, o que as difere é a construção ideológica nas quais foram constituídas. Mesmo desmistificada por muitos historiadores, a farsa da abolição da escravatura se configurou nos livros escolares, seja na omissão da luta que desencadeou o ato oficial pondo fim ao escravismo, ou por encobrir, por exemplo, que em 1881, o governo já financiava a vinda de europeus ao país para substituir os negros escravizados. Ou que, em 1888 — ano da abolição — para 107 mil escravos registrados chegaram aqui 90 mil imigrantes da Europa custeados pelo estado brasileiro ocupando o lugar dos escravos, que foram despejados nas favelas e nas periferias das cidades onde seus descendentes permanecem até hoje sem indenização. Ainda assim, o dia 13 de maio tem sua importância simbólica, não só por aqueles que lutaram e morreram pelo fim do escravismo, mas como registro de como a história pode ser usurpada pelos detentores do poder no Brasil.

Difícilmente encontraremos uma pessoa negra neste país que não tenha passado pelo constrangimento diante dos colegas em sala de aula ao ouvir a história de uma linda e generosa princesa branca, chamada Isabel, que livrou os negros da escravidão. O resgate da importância simbólica e política que representou a

“O resgate da importância simbólica e política que representou a abolição da escravatura se faz necessária em todos os aspectos, até para reafirmar o 20 de novembro”

abolição da escravatura se faz necessária em todos os aspectos, até para reafirmar o 20 de novembro — data construída após luta intensa de recusa de nós negros daquilo que se configurou o 13 de maio. A construção do 20 de novembro só teve sentido porque, cansados de ser humilhados nas salas de aulas neste período, encontramos em Zumbi um herói capaz de contrapor a usurpação da verdadeira história de nossa libertação.

O Brasil tem vivido distorções históricas do ponto de vista racial, todas com clara intenção ideológica de garantir a supremacia de um determinado grupo. Com esse objetivo tentam transformar, escritores, como Machado de Assis, em brancos. Chiquinha Gonzaga foi apresentada na televisão como branca. Nas escolas pouco se fala de revoltas como a dos malês ou Busios — também conhecida como Inconfidência Baiana — que tiveram lideranças negras



\*Maurício Pestana é presidente do Conselho Editorial da RAÇA BRASIL. pestana.raca@escala.com.br - www.mauricioapestana.com.br

enforcadas e esquartejadas em praça pública porque lutavam contra a escravidão. Porém, reverenciamos todos os anos o herói branco Tiradentes e seus companheiros inconfidentes, que não tinham entre suas reivindicações o fim da escravidão. A história continua a se repetir, após quase vinte anos de luta dos negros por ações afirmativas e cotas nas universidades. Ao que tudo indica, transformarão essa luta em cotas para pobres. Nada contra os pobres! Afinal, entre eles, somos a maioria. Ocorre que as reivindicações para pobres no Brasil historicamente sempre estiveram atreladas aos movimentos populares que, com exceção do movimento negro, demoraram a se colocar ao lado das cotas. Porém não há de se duvidar que no futuro seja escrito que as cotas para os pobres só vieram por conta da luta do povo brasileiro e com certeza esquecerão daqueles que mais têm sofrido nesta batalha: o povo negro deste país.



## ANEXO F - Revista Raça Brasil – Edição 133

OPINIÃO

por MAURÍCIO PESTANA\*

# Apenas um olhar

O olhar da imprensa ocidental para Jacob Zuma — presidente eleito da África do Sul — estava mais preocupado em mostrar quais das mulheres seria a primeira dama do presidente polígamo da maior potência africana, que o olhar da mesma imprensa sob poligamia “não oficial” praticada com frequência no ocidente, vide Mônica Levinsk.

O olhar do locutor esportivo que vibrava e torcia durante todo o ano de 2008 por uma quebra ou oscilação do piloto negro Lewis Hamilton, com certeza não era o mesmo de milhões de africanos e afrodescendentes na diáspora vibrando com a possibilidade de ver, pela primeira vez, na história, um campeão e o fim de uma hegemonia racial e racista que perdurava há mais de 50 anos naquele esporte. Algumas lentes habituadas com a arrogância, prepotência e truculência secular do ocidente começam querer enxergar em Barack Obama um presidente inexperiente e despreparado, esquecendo-se de vislumbrar a chance histórica que o mundo está vivenciando: ter alguém equilibrado, democrático, jovem de espírito e ação, demonstrando que uma nova forma de governar é possível.

Recentemente assistimos a uma briga de dois juízes da mais alta corte brasileira. Diferentes visões disseminaram sobre o episódio. Para muitos, sinal de que o colapso e o descrédito já instalados em

“ O registro da câmera ou de quem a conduz pode conter diferentes imagens ou pontos de vista da mesma história. Depende apenas do olhar...”

outros poderes haviam chegado também à justiça brasileira. Houve também quem enxergasse aquilo como apenas um caso de insubordinação de Joaquim Barbosa ao seu chefe Gilmar Mendes, entre esses, oito juízes “colegas” de Barbosa que lançaram nota oficial em apoio ao seu presidente supremo. Mas quando os ouvidos negros deste país escutaram Gilmar deferir a Barbosa a frase “*Vossa excelência não tem condições de dar lição de moral em ninguém*”, foi como velhas frases que cotidianamente acostumamos a ouvir por séculos como “*Coloque-se no seu lugar*” ou “*Você não se enxerga*” viessem à tona. Para a nossa sorte naquele dia Gilmar Mendes não estava diante apenas de mais um de seus nobres companheiros de capa e poltronas pretas e nem dos seus “tais” capangas citados na discussão. Estava diante de um Joaquim Barbosa incorporado em Zumbi, herói negro que, mesmo sem ter



\*Maurício Pestana é presidente do Conselho Editorial da RAÇA BRASIL  
pestana.raca@escalea.com.br  
www.mauriciopestanda.com.br

o exército destruidor de Domingos Jorge Velho, enfrentou o paulista até a morte. Gilmar deparou-se com os revoltosos da chibata, dos malês e dos garotos negros das periferias deste país que, apesar das tropas de elites e dos capitães Nascimento, insistem em sobreviver.

Naquele dia Gilmar Mendes deparou-se não com a justiça cada vez mais branda e branca desses confins, mas com um Xangô africano sedento por justiça que se ausentou por minutos dos terreiros de candomblés perseguido no passado pela polícia e hoje pelos neo pentecostais, e baixou na mais alta corte deste país enfrentando o seu comandante e os descendentes dos Domingos Jorge Velhos desses Brasis, e mirando para todas as câmeras com seus mais diferenciados olhares bradou: “*Vossa excelência é que me respeite!*” Valeu Zumbi, Valeu Joaquim!

FOTO: RAQUEL ESPRITO SANTO



## OPINIÃO DE RAÇA

por MAURÍCIO PESTANA\*

# Conselhos...

Há 25 anos, embalado pelos ventos do fim da ditadura militar e da redemocratização do Brasil, nascia em São Paulo o Conselho de Desenvolvimento e Participação da Comunidade Negra. Experiência inovadora que serviu de inspiração para a criação de conselhos e órgãos semelhantes em todo o País. O momento não podia ter sido mais propício, afinal, uma nova ordem política se formava, com a volta dos exilados políticos, o fim do bipartidarismo, os ideais da social democracia e da democracia cristã, o socialismo utópico dos partidos comunistas (antes na clandestinidade) e o surgimento do Partido dos Trabalhadores no ABC. Elementos inspiradores para o conselho formado por cidadãos dos mais variados setores, sob a tutela do governo do Estado de São Paulo, chefiado por um ícone da luta contra a ditadura militar, André Franco Montoro. Se o Conselho nascia como espaço democrático almejando a participação de parcela significativa da população discriminada por um Estado autoritário, que negou durante décadas a existência do racismo, também serviu de ideário para o surgimento de novas lideranças negras que lutaram com os pares brancos pelo fim da ditadura e construíam outra ordem política, intitulada “Nova República”. Nesses tempos, eram comuns reuniões nas quais negros apareciam em pé de igualdade com personagens que se tornariam secretários de estado, ministros, prefeitos, deputados, governadores e até presidentes da República, a exemplo de José Serra, Fernando Henrique Cardoso, Franco Montoro, Orestes Quércia entre outros. De lá pra cá, se o panorama político mudou

FOTO RAQUEL ESPÍRITO SANTO

“Inoperante é um sistema criado há mais de 25 anos e que não conseguiu produzir uma classe política negra”

para alguns, para outros não. Com quase 30 anos de governos democráticos no Brasil, nossa situação em relação ao poder político se assemelha à mesma de 25 anos atrás, com uma diferença: nossos “companheiros” brancos avançaram e hoje estão no poder. Enquanto nós, em alguns aspectos, até retrocedemos. Há 25 anos tínhamos um deputado estadual negro em São Paulo, Benedito Cintra, do PC do B; hoje, temos apenas dois. Nesses anos de pós-ditadura centenas de governadores foram eleitos em todo o País. Negros foram apenas Alboino Azevedo, no Espírito Santo, Alceu Colares, no Rio Grande do Sul e Benedita da Silva, eleita vice-governadora e, mais tarde, governadora do Rio de Janeiro. E hoje não temos nenhum... Em São Paulo, nessas quase três décadas de governadores eleitos, só tivemos três secretários de estado negros: Osvaldo Ribeiro (secretário de assuntos fundiários), no governo Quércia, e Hélio Silva Junior e Enice Prudente, na pasta da justiça, ambos nos governos Alckmin e Lembo – em média um negro como secretário por década – sem esquecer que, depois da ditadura, o político negro mais bem-sucedido nas urnas, Celso Pitta (administrador do terceiro maior orçamento da União), não teve histórico na esquerda ou no centro.



\*Maurício Pestana é presidente do Conselho Editorial da RAÇA Brasil  
pestana.raca@escola.com.br • www.mauriciopestana.com.br

As recentes críticas ao Conselho da Comunidade Negra de São Paulo pela sua inoperância devem ser acompanhadas de outros elementos, como a falta de um projeto estratégico de política para a comunidade negra, dividida em partidos políticos que nunca tiveram a questão racial como prioridade em suas agendas, aliada ao racismo institucional por parte do Estado e de instituições brasileiras ditas democráticas. Soma-se a isso o cinismo cada vez mais exacerbado de uma elite que nem sequer se sente envergonhada em viver na era da diversidade (vide Obama) e insistir no eurocentrismo racista. “Não é o Conselho que é inoperante como muitos proclamam. Inoperante é um sistema criado há mais de 25 anos e que não conseguiu produzir uma classe política negra ou uma liderança de expressão capaz de bradar para a elite política nacional o quanto ela é racista, independentemente do campo ideológico em que atue”.



## OPINIÃO DE RAÇA

por MAURÍCIO PESTANA\*

## Muito além do populismo: uma questão étnico-econômica

O modo de se vestir os difere das elites do país. Não usar gravata e roupas ocidentais é motivo de orgulho para os collas. Tirando esse e alguns aspectos históricos, poucas são as diferenças entre os demais irmãos que dividem o chão da mesma pátria e que a exclusão econômico-social (decorrente de questões étnicas) insiste em separá-los. Os collas são mais de 50% da população e a maioria entre os pobres e miseráveis. Consequentemente, sempre tiveram uma representação política pífia.

Embora não tenham sido escravizados, no início de sua colonização somente os colonizadores podiam votar e ocupar cargos públicos, logo, os collas estiveram aliados do poder em seu próprio país por séculos. O resultado dessa discriminação histórica é que hoje os descendentes dos colonizadores, conhecidos como os cambas (os brancos) ocupam posições de ponta da economia, controlam também os meios de comunicação e são predominantes nas regiões mais ricas do país, além de serem maioria nas forças armadas. Porém, num desses milagres que a tal democracia burguesa tem realizado mundo a fora, os collas, num exemplo de união e de força, resolveram reagir e eleger um dos seus como presidente da república: Evo Morales.

Ele chegou à presidência desafiando aqueles que, historicamente, vêm discriminando sua etnia. Tomou posse como um índio e não de terno como a elite branca de seu país. Nesses poucos anos de poder, Evo tem dividido o tempo entre enfrentar quem nunca o respeitou e tirar a Bolívia do caos. Tomou medidas consideradas populistas como encampar a Petrobras e ameaçar o fornecimento

“ OS COLLAS SÃO MAIS DE 50% DA POPULAÇÃO E A MAIORIA ENTRE OS POBRES E MISERÁVEIS. CONSEQUENTEMENTE, SEMPRE TIVERAM UMA REPRESENTAÇÃO POLÍTICA PÍFIA”

de gás ao Brasil. Porém, o que mais chama a atenção em sua atuação é como ele tem enfrentado os poderosos de comunicação que vendem para o seu país e o mundo a imagem de um presidente tosco, escondendo que, por trás de toda a campanha, existe de fato uma discriminação étnica pelo fato de o presidente boliviano não ser branco. Isso ficou visível quando articularam uma campanha para dividir o país e formar uma nova república, em que a parte mais rica e branca, que incluía Santa Cruz de la Sierra, seria administrada pelos cambas.

A ação é sempre a mesma das elites latino-americanas de comunicação quando qualquer pessoa que não represente o ideário de sua construção ideológica chega ao poder. Isso aconteceu na Venezuela, na Bolívia e até no Brasil, embora aqui a discriminação fosse social, levando em consideração a origem humilde e nordestina do presidente Lula. Mas a fórmula foi a mesma! O que nos leva a pensar: como será tratado o negro que um dia ousar disputar a Presidência da



\*Maurício Pestana é presidente do Conselho Editorial da RAÇA Brasil  
pestana.raca@escale.com.br • www.mauriciopestanda.com.br

**República no Brasil, uma vez que isso nunca ocorreu? Estaria a nossa elite preparada para dividir o poder com um diferente?**

Se levamos em conta projeções dos principais institutos de pesquisas, em breve seremos a maioria da população no País e, mesmo com a exclusão, há alguma chance de chegarmos à Presidência da República. Como reagirá essa elite? Muitos dirão que será natural, afinal, os Estados Unidos têm um negro ocupando a presidência... Mas existe uma diferença entre a elite norte-americana e a latino-americana: lá, quando Obama chegou ao poder, uma elite negra se destacava no país, controlando parte da economia, como instituições financeiras, educacionais, forças armadas e a comunicação. Para os brancos, Obama era mais um dos poderosos negros que eles estavam acostumados a ver no poder. E aqui no Brasil ou na Bolívia, onde estão os negros e os indígenas na estrutura do poder?





## 120 anos de abolição, início do balanço

**N**o momento em que o Brasil prepara-se para comemorar os 120 anos de abolição da escravatura, a primeira coisa que vem à mente é: o que esta data representa para todos os brasileiros, em especial para os descendentes de escravos? Três pontos de vista devem ser prioritariamente considerados na análise: o histórico, o político e o humano.

Do ponto de vista histórico faz-se necessário estudar as profundas marcas que a escravidão deixou em nossa sociedade, e para isso não é preciso ser militante ou especialista na causa negra. Basta conhecer e entender os dados dos principais órgãos de pesquisa do país, como IBGE, IPEA e Dieese, os quais demonstram que no Brasil o salário médio do trabalhador negro é quase a metade do de seu colega branco; que o negro entra mais cedo para o mercado de trabalho; que o negro tem menos acesso à educação e expectativa de vida inferior; e que esta cidadania incompleta teve início em 13 de maio de 1888, com a assinatura da Lei Áurea, quando fomos jogados às margens da sociedade.

Ao analisarmos o aspecto político verificamos um total descaso da parte de quem mais se beneficiou com os quase 400 anos de escravidão: o Estado brasileiro. Se hoje somos a 11ª economia do planeta, devemos nos lembrar que dos 508 anos de nossa existência, quase 400 foram construídos basicamente com a mão-de-obra escrava e por isso esse país tem uma enorme dívida para com os afro-descendentes. Todos os países que violentaram os seus (como é o nosso caso) tiveram de ressarcir suas vítimas; o maior exemplo vem da Segunda Guerra Mundial, em que não só a Alemanha teve de arcar em parte com as atrocidades cometidas contra o povo judeu, mas também setores da comunidade internacional mobilizaram-se na construção do Estado de Israel. Quanto a nós, negros, o Estado brasileiro até hoje não assumiu

essa dívida histórica. Nos Estados Unidos, apesar das leis segregacionistas que imperavam após o fim da escravidão, havia uma preocupação do Estado norte-americano com a educação e o desenvolvimento da comunidade negra local; já no Brasil uma das primeiras leis criadas, após o fim da escravidão, foi a “Lei da vadiagem”, que autorizava prender qualquer cidadão que estivesse vagando. O Estado brasileiro financiava a vinda de trabalhadores europeus para substituir a mão-de-obra negra, que não foi aproveitada quando não pôde mais ser escravizada; também aqui foi queimada toda a documentação sobre escravos, com medo de que pudéssemos reivindicar o ressarcimento pelos quase quatro séculos de violência e trabalhos forçados.

Do ponto de vista humano, a resposta que nós, afro-descendentes, demos a este país que nos escravizou, violentou e nada nos pagou foi fantástica! Combatemos a discriminação com diálogo e integração, com a não-violência, com organização e trabalho. Nos primeiros anos pós-abolição, criamos a maior organização negra de todos os tempos: a Frente Negra Brasileira, que no início do século passado já se preocupava com a nossa educação e com a política. Marcamos o século 20 em todas as áreas nas quais não éramos preteridos pela exclusão instaurada, por exemplo, nas artes, no esporte e na literatura, imortalizando nomes da magnitude de Aleijadinho, Ademar Ferreira da Silva, João do Pulo, Pelé, Pixinguinha, Cartola, Milton Nascimento, Machado de Assis, Cruz e Sousa, Chiquinha Gonzaga, Lima Barreto, entre muitos outros. Destacamo-nos

até nas ciências (campo restrito aos afortunados da sociedade excludente que se formou), com a genialidade do geógrafo Milton Santos, enfim, demos cara e forma à cultura deste país.

A batalha não parou por aí: graças a nossa luta recente por ações afirmativas, mais de 50 universidades brasileiras adotaram o sistema de inclusão de negros, número superior até mesmo ao dos Estados Unidos. Por conta das nossas reivindicações, hoje mais de 200 mil afro-descendentes estão em universidades pelo sistema ProUni. Fundamos organizações como a Educafro, o Instituto Steve Biko e várias outras oriundas do movimento social negro, que têm levado milhares de negros às universidades.

**“O Brasil financiava a vinda de trabalhadores europeus que substituíam a mão-de-obra negra, não aproveitada quando não pôde mais ser escravizada; queimou-se a documentação sobre os escravos, com medo de que se pudesse reivindicar o ressarcimento pelos quase quatro séculos de violência e trabalhos forçados”**

Por meio da nossa luta, muitas empresas começam a reverter seu histórico quadro de exclusão e iniciam a implementação do sistema de valorização da diversidade, dando oportunidades iguais para todos; por causa também de nossos questionamentos, pela primeira vez, em 120 anos de abolição, temos quatro negros como ministros de Estado. São eles: Gilberto Gil, da Cultura; Orlando Silva, dos Esportes, Edson Santos, da Secretaria Especial de Políticas da Promoção da Igualdade Racial – Seppir, e Marina Silva do Meio Ambiente também na mais alta corte brasileira, Joaquim Barbosa, do Supremo Tribunal Federal.

Saímos do nada – de uma aposta da elite racista de que em 100 anos sumiríamos da face do Brasil – para nos orgulharmos de ser o maior país negro fora da África, e que ainda há de ser a maior democracia racial do planeta. ■

lando Silva, dos Esportes, Edson Santos, da Secretaria Especial de Políticas da Promoção da Igualdade Racial – Seppir, e Marina Silva do Meio Ambiente também na mais alta corte brasileira, Joaquim Barbosa, do Supremo Tribunal Federal.

\*Maurício Pestana é presidente do Conselho Editorial de Raça Brasil. Email: pestana.raça@escala.com.br



## ANEXO J - Revista Raça Brasil – Edição 137

OPINIÃO DE RAÇA

por MAURÍCIO PESTANA\*

# O negro e o pré-sal

A discussão que se faz no Brasil a respeito das ações afirmativas, nas quais muitos insistem em reduzir a política de cotas, esconde outras verdades pouco referendadas e essenciais para o debate.

Refiro-me à dívida histórica que o país tem com a África e com os afro-descendentes, uma reparação jamais assumida pelo Estado brasileiro. Todos os povos que passaram por processos de discriminação e aviltamento de seus direitos foram ressarcidos de forma direta ou indireta com reparações, do ponto de vista econômico, social ou político. O século XX está repleto de exemplos, como dos malaio na Malásia, dos japoneses também na Ásia e, principalmente, dos judeus. Todos tiveram algum tipo de ajuda indenizatória pelo sofrimento que passaram.

O Brasil, último país do mundo a abolir a escravidão, não aplicou nenhuma política de Estado para reparar os séculos de escravidão. O que se viu após a Abolição foi uma acentuada concentração de bens e riquezas construídas pelos escravos e transferidas para os filhos e netos dos seus algozes, com plena convivência do Estado brasileiro. O projeto econômico republicano para os negros foi o de jogá-los nas ruas na condição de *salve-se quem puder* e financiar a vinda de europeus como operários da nova economia que se formava, ocupando as vagas deixadas pelos escravos e contribuindo para o projeto intitulado de “embranquecimento” da nação.

Essa visão arcaica conseguiu superar até mesmo a retrógrada monarquia que tinha um plano capenga, mas que visava incluir negros após a Abolição. Nesses 121 anos da falsa lei Áurea (uma vez que é inconcebível pensar em liberdade sem educação e sem dinheiro) vários

“O BRASIL, ÚLTIMO PAÍS DO MUNDO A ABOLIR A ESCRAVATURA, NÃO APLICOU NENHUMA POLÍTICA DE ESTADO PARA REPARAR OS SÉCULOS DE ESCRAVIDÃO. O QUE SE VIU APÓS ABOLIÇÃO FOI UMA ACENTUADA CONCENTRAÇÃO DE BENS E RIQUEZAS EDIFICADAS PELOS ESCRAVOS E TRANSFERIDOS PARA OS FILHOS E NETOS DOS SEUS ALGOZES, COM PLENA CONVIVÊNCIA DO ESTADO BRASILEIRO”

foram os momentos em que o País pode fazer um acerto de contas conosco, incluindo-nos em um projeto de distribuição de riqueza decente. Toda vez que a chance aparece a história se repete: somos excluídos do processo e os primeiros a arcar quando há prejuízos.

Foi assim ao longo do século XX. No Estado Novo, por exemplo, quando tem início o projeto de industrialização brasileiro com a criação da Petrobras, da Siderúrgica Nacional, da campanha “o petróleo é nosso” e de outras ações voltadas à economia. Vários setores são chamados, beneficiados e inclusos no plano, as oligarquias do café, do açúcar, os *quatrocentões* paulistas, enfim, os descendentes dos escravocratas foram os primeiros a terem seu pedaço garantido no projeto industrial brasileiro. Quanto a nós? Tempos mais tarde, durante o período do milagre brasileiro nos anos de 1970, a ditadura militar repetiu o filme, e mais uma vez algumas famílias foram chamadas, setores foram privilegiados, enquanto nós



\*Maurício Pestana é presidente do Conselho Editorial da RAÇA BRASIL. pestana.raça@escala.com.br • www.mauricioapestana.com.br

éramos até proibidos de dizer que havia racismo no Brasil.

Vieram os anos 1980 e o País vivenciou uma das piores crises econômicas de sua existência com milhares de trabalhadores perdendo o emprego. Ai sim tivemos papel marcante! Estudos realizados naquela época demonstravam que os negros vítimas da discriminação racial no mercado de trabalho eram os primeiros a serem demitidos. Finalmente chegamos aos dias atuais e mais uma vez a chance da fatura ser paga se apresenta com a descoberta do pré-sal. O Brasil pode se tornar uma das mais fortes economias do mundo. O anúncio tem despertado nos mesmos setores – que há séculos se locupletam na economia brasileira – uma corrida desenfreada na disputa de quem ficará com o quê na divisão deste bolo. Governadores do Nordeste já reivindicaram seu pedaço, sindicatos já apresentam seus projetos de participação no pré-sal, o presidente da República assinalou que parte das riquezas deverá ser dividida com a nação. E nós, com a nossa fatura, ficaremos novamente de fora dessa divisão?